

TECNOFEUDALISMO, FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO E CURRÍCULO



Marcelo José Hanauer



TERRIED

TECNOFEUDALISMO, FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO E CURRÍCULO



Marcelo José Hanauer



TERRIED

Copyrights do texto - Autores e Autoras

Direitos de Edição Reservados à Editora Terried

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.



O conteúdo dos capítulos apresentados nesta obra são de inteira responsabilidade d@s autor@s, não representando necessariamente a opinião da Editora.

Permitimos a reprodução parcial ou total desta obra, considerado que seja citada a fonte e a autoria, além de respeitar a Licença Creative Commons indicada.

Conselho Editorial

Adilson Cristiano Habowski - ***Curriculum Lattes***

Adilson Tadeu Basquerote Silva - ***Curriculum Lattes***

Alexandre Carvalho de Andrade - ***Curriculum Lattes***

Anísio Batista Pereira - ***Curriculum Lattes***

Celso Gabatz - ***Curriculum Lattes***

Cristiano Cunha Costa - ***Curriculum Lattes***

Denise Santos Da Cruz - ***Curriculum Lattes***

Emily Verônica Rosa da Silva Feijó - ***Curriculum Lattes***

Fabiano Custódio de Oliveira - ***Curriculum Lattes***

Fernanda Monteiro Barreto Camargo - ***Curriculum Lattes***

Fredi dos Santos Bento - ***Curriculum Lattes***

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos - ***Curriculum Lattes***

Humberto Costa - ***Curriculum Lattes***

Leandro Antônio dos Santos - ***Curriculum Lattes***

Lourenço Resende da Costa - ***Curriculum Lattes***

Marcos Pereira dos Santos - ***Curriculum Lattes***

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Tecnofeudalismo, Filosofia da Educação e Currículo.
Marcelo José Hanauer (Autor) -- Alegrete, RS : Editora
Terried, 2026.

PDF
ISBN. 978-65-83367-87-7
1. Educação

24-225451

CDD-918. 17

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 90. 14
2. Ensino 90. 9



www.terried.com

contato@terried.com

APRESENTAÇÃO

Tecnofeudalismo, Filosofia da Educação e Currículo é uma obra que surge em um momento singular, quando as transformações digitais e as estruturas de poder do século XXI redefinem não apenas a economia, mas também os fundamentos da educação. O autor valendo-se de experiências e estudos no âmbito da educação, filosofia, geografia e sociologia, convida o leitor a refletir sobre como o chamado “tecnofeudalismo” — um sistema em que grandes corporações tecnológicas exercem controle sem precedentes sobre dados e interações — impacta a autonomia das escolas, a formação crítica dos estudantes e o acesso ao conhecimento.

Este livro não se limita a diagnosticar problemas; ele propõe perguntas incisivas e caminhos para resistir ou adaptar-se a essa nova realidade. O autor discute, por exemplo, como plataformas digitais como *Google Classroom* e *Microsoft Teams* (entre outras) moldam o ensino, muitas vezes à custa da privacidade e da liberdade pedagógica. Além disso, explora temas urgentes como a desigualdade educacional, o papel dos professores em um contexto tecnofeudal e as estratégias para promover uma educação mais democrática e inclusiva.

A obra também se debruça sobre as fronteiras da educação, equilibrando legados do passado e desafios do futuro. Questões como a dicotomia entre educação tradicional e progressista, a neutralidade do ensino, a mercantilização da educação e a integração da tecnologia no currículo são analisadas com profundidade, oferecendo subsídios para educadores, pesquisadores e formuladores de políticas públicas.

Por fim, nos apresenta um currículo escolar para o século XXI, que incorpora tecnologia, inclusão, saúde mental, educação financeira e diversidade, sempre com um olhar crítico sobre as demandas do mercado de trabalho e as necessidades de uma sociedade em transformação.

Tecnofeudalismo, Filosofia da Educação e Currículo é, portanto, uma leitura essencial para quem busca compreender os desafios contemporâneos da educação e encontrar caminhos para uma prática pedagógica mais autônoma,

reflexiva e emancipatória. Esta obra não apenas reflete as contradições do nosso tempo, mas também inspira ações políticas e pedagógicas para o desenvolvimento de uma educação efetivamente transformadora, emancipadora, ética e cidadã.

*Marcelo José Hanauer
Professor e pesquisador*

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	
TECNOFEUDALISMO E EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	8
CAPÍTULO 2	
FRONTEIRAS DA EDUCAÇÃO: ENTRE LEGADOS DO PASSADO E DESAFIOS DO FUTURO.....	28
CAPÍTULO 3	
CURRÍCULO ESCOLAR DO SÉCULO XXI: TECNOLOGIA, INCLUSÃO E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA	68

CAPÍTULO 1

TECNOFEUDALISMO E EDUCAÇÃO ESCOLAR

INTRODUÇÃO

No livro *Tecnofeudalismo: El sigiloso sucesor del capitalismo* (2023), o economista Yanis Varoufakis argumenta que o capitalismo, em sua forma tradicional, foi superado por um novo sistema econômico dominado pelas grandes corporações tecnológicas. Segundo o autor, o poder outrora centralizado no mercado financeiro e nos governos agora se desloca para as plataformas digitais, que se tornam as novas “senhoras feudais” da era digital, exercendo um controle sem precedentes sobre a produção, o consumo e a circulação de dados.

Varoufakis (2023) destaca que as grandes plataformas, como Google, Amazon e Facebook, não apenas intermediam as interações econômicas, mas também extraem renda de usuários e produtores sem necessariamente gerar valor produtivo. Diferente do capitalismo industrial, onde os meios de produção eram os ativos centrais, no tecnofeudalismo o acesso aos dados e às interações online se tornam os principais instrumentos de dominação. O autor demonstra como essas empresas conseguem criar monopólios e controlar mercados inteiros por meio de algoritmos e modelos preditivos que influenciam desde decisões de consumo até políticas públicas.

Outro ponto abordado no livro é a precarização do trabalho e a transformação do papel dos trabalhadores no contexto digital. Para Varoufakis, a *gig economy* (modelo econômico baseado em trabalhos temporários, autônomos e sob demanda, geralmente mediados por plataformas digitais, onde os trabalhadores não possuem vínculos empregatícios tradicionais e são remunerados por tarefa ou projeto) e os modelos de trabalho baseados em plataformas digitais não representam uma evolução natural do capitalismo, mas sim uma regressão a formas mais exploratórias, onde os “vassalos digitais” produzem valor constantemente sem possuir qualquer autonomia real sobre seus meios de subsistê-

cia. Dessa forma, a estrutura econômica digital não apenas concentra riqueza, mas também amplia desigualdades, tornando-se um sistema ainda mais exclu-
dente do que o capitalismo tradicional.

A obra também discute o impacto do tecnofeudalismo na política e na democracia. O autor alerta para a erosão do poder dos Estados diante da influência das grandes corporações tecnológicas, que controlam infraestruturas essenciais e impõem suas próprias regras no espaço digital. Essa nova configuração, segundo Varoufakis, enfraquece a soberania dos países e dificulta a implementação de políticas que poderiam mitigar as desigualdades criadas pelo domínio tecnológico.

Em síntese, a ideia é que o capitalismo tradicional foi substituído por uma nova forma de dominação econômica, na qual grandes plataformas digitais (como *Amazon*, *Google*, *Meta* e outras) funcionam como “senhores feudais” modernos. Elas controlam o acesso aos mercados e extraem valor econômico de empresas e indivíduos que dependem de seus serviços. Esse modelo gera concentração de poder, desigualdade e formas inéditas de exploração.

Varoufakis (2023) apresenta uma crítica contundente ao modelo econômico emergente e sugere a necessidade de uma reação política e social para conter o avanço do poder das *big techs*. A obra propõe a criação de plataformas digitais de propriedade coletiva e defende a reinvenção das relações econômicas para que os benefícios da tecnologia sejam distribuídos de forma mais equitativa. Com uma análise perspicaz e provocadora, o livro se posiciona como uma leitura essencial para compreender os desafios da economia digital e seus impactos na sociedade contemporânea.

Com base nessas ideias do livro de Varoufakis, após leitura, problematizações, diálogos e discussões no grupo de pesquisa sobre elas, foram propostas seis (6) perguntas que relacionam o conceito de tecnofeudalismo à educação escolar, na intenção de gerar reflexões e pesquisas mais aprofundadas na área sobre o tema. As questões são: 1) De que maneira o tecnofeudalismo impacta a autonomia das escolas no uso de tecnologias educacionais? 2) Como a lógica do tecnofeudalismo influencia a formação do pensamento crítico dos estudantes em relação ao uso da tecnologia? 3) Quais são as implicações do tecnofeu-

dalismo na produção e no acesso ao conhecimento escolar? 4) O tecnofeudalismo intensifica desigualdades educacionais? 5) Como a escola pode resistir ou se adaptar ao tecnofeudalismo na educação? 6) Qual o papel dos professores na mediação do aprendizado em um contexto tecnofeudal?

Assim sendo, tomando por referência tal panorama reflexivo, foi definido como objetivo central deste ensaio teórico discutir as questões informadas de maneira aprofundada e sistemática, relacionando-as com pesquisas e estudos diversificados provenientes das áreas da educação e das ciências sociais, respectivamente, para geração de debate público acerca da temática, em especial, na área da educação na intenção de desencadear investigações futuras. Neste sentido, as seções seguintes são dedicadas à exploração individual e detalhada de cada uma das referidas questões. Ao final, procura-se indicar algumas diretrizes para expansão e potencialização de pesquisas na área da educação destinadas ao estudo do assunto.

DE QUE MANEIRA O TECNOFEUDALISMO IMPACTA A AUTONOMIA DAS ESCOLAS NO USO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS?

Tecnofeudalismo e a dependência das escolas em plataformas digitais

Nos últimos anos, a educação tem experimentado uma crescente integração de tecnologias digitais, especialmente através de plataformas como *Google Classroom* e *Microsoft Teams*. Essa realidade, no entanto, levanta questionamentos sobre a autonomia das escolas diante do que alguns estudiosos chamam de tecnofeudalismo, uma estrutura econômica emergente em que plataformas digitais monopolizam o acesso a serviços essenciais, controlando fluxos de informação e condições de uso. Varoufakis (2023) argumenta que esse fenômeno está substituindo o capitalismo tradicional, transformando a dinâmica de mercado em um sistema no qual grandes corporações se comportam como “senhores feudais” digitais, afetando diversos setores, incluindo a educação.

A dependência tecnológica das escolas em relação às grandes plataformas digitais não se manifesta apenas na oferta de serviços, mas também na forma como essas ferramentas moldam o ensino. Cédric Durand (2020) observa

que, em vez de democratizar o acesso ao conhecimento, as tecnologias digitais têm reforçado novas formas de controle e dependência estrutural. Isso é particularmente evidente quando as escolas não têm alternativas viáveis e acabam adotando padrões e diretrizes impostos por essas plataformas, que operam com algoritmos e lógicas de mercado pouco transparentes.

Um dos aspectos mais críticos do tecnofeudalismo na educação é a questão da privacidade e proteção de dados. Shoshana Zuboff (2019) descreve esse fenômeno como “capitalismo de vigilância”, no qual as empresas de tecnologia coletam e utilizam dados pessoais de estudantes e professores para fins comerciais e preditivos. Esse tipo de exploração compromete a soberania digital das instituições de ensino, uma vez que informações sensíveis podem ser utilizadas sem consentimento adequado, muitas vezes para alimentar modelos de negócio baseados em publicidade direcionada.

A falta de autonomia digital das escolas também pode ser compreendida pela dinâmica de desigualdade e exclusão promovida pela dependência tecnológica. Evgeny Morozov (2011) argumenta que a internet, longe de ser um espaço neutro de aprendizado e participação, pode aprofundar desigualdades estruturais. No contexto educacional, isso se traduz na divisão entre aqueles que têm acesso pleno a dispositivos e conexões de qualidade e aqueles que ficam à margem desse processo, limitados por condições socioeconômicas desfavoráveis.

Os impactos da plataformaização da educação também alcançam os docentes. Brett Frischmann e Evan Selinger (2018) discutem como as tecnologias digitais impõem padrões de conformidade que reduzem a autonomia e a criatividade dos professores. Em muitas escolas, as plataformas digitais ditam não apenas os meios pelos quais o ensino ocorre, mas também os métodos de avaliação e interação com os alunos, resultando em uma padronização do conhecimento e limitando a liberdade pedagógica.

Do ponto de vista cultural e filosófico, Neil Postman (1992) já alertava para os riscos da subordinação da cultura à tecnologia. Seu conceito de “tencnopolia” descreve um cenário em que as sociedades passam a aceitar tecnologias não apenas como ferramentas, mas como forças que redefinem valores e

comportamentos. No campo educacional, essa lógica pode ser observada na maneira como as instituições estão cada vez mais sujeitas à lógica de eficiência e monitoramento constante, enfraquecendo a autonomia do ensino enquanto espaço de formação crítica.

Estudos acadêmicos reforçam esses pontos, analisando empiricamente a relação entre educação e plataformas digitais. O artigo “Vantagens e dificuldades na utilização de plataformas e tecnologias digitais por professores e alunos” de Fialho, Cid e Coppi (2023) aponta que, apesar dos benefícios do uso dessas ferramentas, muitos educadores enfrentam desafios relacionados à falta de infraestrutura adequada e à formação para lidar com essas tecnologias. Essa deficiência potencializa a dependência de soluções proprietárias oferecidas por grandes empresas do setor tecnológico.

Ademais, conforme indicam Cavazzani, Santos e Lopes (2024) no artigo “Precarização do trabalho docente: plataformas de ensino no contexto da fábrica difusa”, é possível se operar, via plataformas digitais de ensino, o sequestro e a precarização do trabalho docente, dissimulado por uma semântica neoliberal que busca conferir edulcoradas associações de sentido idiomático (autonomia, empreendedorismo, etc.) a um processo em que aqueles que trabalham para ou sob o controle das plataformas digitais acabam sendo prejudicados. Observa-se ainda que a transição acelerada para o ensino remoto expôs os professores a condições de trabalho cada vez mais instáveis, com aumento da carga horária, pressão por produtividade e redução de espaço para inovação didática.

Considerando esse contexto, algumas propostas para mitigar os impactos do tecnofeudalismo na educação envolvem a adoção de soluções tecnológicas mais abertas e democráticas. Pierre Lévy (1999) destaca a importância da cibercultura como um meio para transformar a educação em um processo mais colaborativo e descentralizado, enfatizando o papel das redes de conhecimento e dos softwares livres na ampliação da autonomia educacional.

Em suma, o tecnofeudalismo afeta diretamente a educação ao impor uma dependência das escolas em relação a plataformas digitais que detêm monopólios sobre o acesso ao conhecimento e aos processos pedagógicos. Embora as novas tecnologias ofereçam oportunidades valiosas para o ensino, sua im-

plantação sem um debate crítico pode resultar na perda da soberania educacional, na erosão da privacidade e na precarização do trabalho docente. Assim, é fundamental que as instituições educacionais e as políticas públicas busquem caminhos que garantam maior autonomia e liberdade tecnológica para professores e alunos.

COMO A LÓGICA DO TECNOFEUDALISMO INFLUENCIA A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO DOS ESTUDANTES EM RELAÇÃO AO USO DA TECNOLOGIA?

Tecnofeudalismo e pensamento crítico na formação dos estudantes

A expansão do tecnofeudalismo e a crescente dependência de plataformas digitais na educação têm gerado impactos significativos na formação do pensamento crítico dos estudantes. Com o predomínio de corporações tecnológicas que estruturam os ambientes de aprendizagem, surgem questionamentos sobre como os alunos estão sendo preparados para compreender a economia digital e seus reflexos na sociedade. Segundo Durand (2020), as novas tecnologias, em vez de promoverem uma democratização do conhecimento, têm reforçado formas contemporâneas de feudalismo, com as grandes plataformas exercendo controle sobre o acesso à informação e à formação intelectual dos indivíduos.

O impacto dessa dinâmica pode ser percebido nas diretrizes educacionais. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a digitalização do ensino, mas muitas vezes sem aprofundar as implicações críticas desse processo (Lima; Lastória, 2024). O desafio reside na formação dos alunos para que possam interagir com as tecnologias não apenas como consumidores passivos, mas como agentes capazes de compreender os mecanismos que regem o mundo digital. A ausência de uma abordagem que valorize essa reflexão pode resultar na redução da autonomia intelectual e no enfraquecimento da capacidade de análise crítica dos estudantes.

No contexto pedagógico, a utilização das plataformas digitais frequentemente ocorre de maneira instrumental, sem uma reflexão aprofundada sobre

seus impactos. Em estudo sobre narrativas digitais na formação de professores, constatou-se que muitos educadores ainda adotam abordagens que enfatizam a técnica em detrimento da compreensão crítica do meio digital (Rodrigues; Almeida, 2023). Esse fenômeno sugere a necessidade de repensar como as tecnologias são integradas ao currículo, garantindo que seu uso fomente o desenvolvimento da análise reflexiva e da autonomia intelectual.

Estratégias didático-pedagógicas têm um papel premente na promoção do pensamento crítico na educação básica. Nesta perspectiva, estudos como de Chemin, Rosa e Rosa (2019) indicam que algumas metodologias ativas, quando combinadas com o uso consciente das tecnologias digitais, podem estimular nos alunos uma postura mais questionadora e participativa. No entanto, a implementação dessas práticas enfrenta desafios, como a resistência de algumas instituições e a falta de capacitação específica dos professores.

A digitalização da educação, por um lado, pode proporcionar maior acessibilidade e personalização do aprendizado. Por outro, há riscos de que essa transformação reforce padrões de pensamento mecanizado, nos quais os alunos dependam excessivamente de recursos automatizados para resolver problemas e interpretar informações (Ferreira; Silva; Bezerra, 2025). O perigo desse modelo de ensino está na substituição do pensamento analítico por respostas geradas por algoritmos, reduzindo o espaço para a argumentação e o questionamento das informações recebidas.

Conforme Ferreira, Silva e Bezerra (2025) salientam, existem benefícios na utilização da Inteligência Artificial (IA) no contexto educacional, em especial na personalização do aprendizado e automação de tarefas administrativas, mas também podem surgir desafios como a redução da interação humana e a dependência excessiva de algoritmos. Por conseguinte, há a necessidade de equilibrar o uso da IA para que ela complemente, e não substitua, o papel do educador, por exemplo.

A crescente influência da inteligência artificial na educação também suscita preocupações sobre o impacto na formação cognitiva dos estudantes. Gerlich (2024) aponta que o uso excessivo de chatbots e sistemas automatizados pode comprometer o desenvolvimento do pensamento crítico, uma vez que os

alunos passam a confiar nas respostas geradas sem necessariamente questioná-las, a aceitação do conteúdo é irrestrita. Esse cenário sugere a necessidade de equacionar a utilização da tecnologia com a manutenção de uma abordagem educativa que valorize a reflexão e o debate.

O tecnofeudalismo não impacta apenas a formação escolar, mas também as universidades e o campo da pesquisa acadêmica. Eleonora Albano (2023) discute como as *Big Techs* influenciam a estruturação do tripé ensino-pesquisa-extensão, promovendo uma financeirização que pode comprometer a liberdade acadêmica. Essa relação entre educação superior e grandes corporações tecnológicas é um aspecto decisivo para entender os desafios contemporâneos da formação crítica dos estudantes.

Diante desse contexto, é fundamental que as escolas adotem abordagens pedagógicas que incentivem a autonomia e a reflexão crítica sobre o uso da tecnologia. Isso inclui formação adequada dos docentes, revisão dos currículos para incorporar a análise da economia digital e a promoção de debates sobre o impacto das tecnologias na sociedade. Somente assim será possível preparar os estudantes para interagir de forma consciente e ativa com o mundo digital, minimizando os riscos do tecnofeudalismo e fortalecendo sua capacidade de análise e tomada de decisão.

QUAIS SÃO AS IMPLICAÇÕES DO TECNOFEUDALISMO NA PRODUÇÃO E NO ACESSO AO CONHECIMENTO ESCOLAR?

Tecnofeudalismo e suas implicações na produção e acesso ao conhecimento escolar

A expansão do tecnofeudalismo na educação tem influenciado significativamente a produção e o acesso ao conhecimento escolar. A crescente dependência de materiais didáticos digitais fornecidos por grandes corporações tecnológicas e a consequente homogeneização do conhecimento levantam questionamentos sobre a diversidade epistemológica no ambiente escolar. Durand (2020) argumenta que a centralização dos recursos digitais em algumas poucas plataformas reflete um modelo feudalista digital, onde corporações controlam a distribuição do conhecimento, limitando sua variedade e acesso.

O uso crescente de materiais didáticos digitais está frequentemente associado a obstáculos epistemológicos que afetam o aprendizado dos estudantes. É exemplo disso o estudo conduzido por (Biotto, 2022), o qual destaca que a seleção inadequada desses materiais pode comprometer a compreensão crítica dos conteúdos e a formação intelectual dos alunos. Essa dinâmica pode restringir a diversidade de abordagens pedagógicas e a inclusão de diferentes formas de conhecimento.

A diversidade epistemológica é fundamental para uma educação inclusiva e representativa. No entanto, a padronização dos materiais didáticos digitais pode excluir saberes tradicionais e formas de conhecimento alternativas. Segundo Tavares et. al (2013), a seleção de materiais deve levar em consideração a pluralidade cultural e a contextualização do ensino, evitando a imposição de uma visão homogênea que marginaliza determinados grupos e narrativas. Assim, torna-se essencial fomentar o desenvolvimento de materiais mais diversos e inclusivos.

O papel das grandes plataformas digitais na educação tem sido amplamente debatido, especialmente no que se refere à sua influência na autonomia das instituições educacionais. Jodi Dean (2022) questiona se a dinâmica estabelecida pelas grandes corporações representa um capitalismo sem freios ou um tecnofeudalismo, no qual o controle sobre a distribuição do conhecimento impede a pluralidade de perspectivas educacionais. Esse fenômeno pode levar a uma educação guiada por interesses comerciais em detrimento de uma formação mais crítica e reflexiva.

O monopólio dos conglomerados digitais também tem sido analisado por pesquisadores que alertam para o perigo da concentração de conteúdo educacional em plataformas privadas. Souza (2023) discute como esse monopólio pode comprometer a produção independente de conhecimento, restringindo o acesso a materiais alternativos e diversificados. Isso reforça a necessidade de políticas públicas que incentivem a produção de conteúdo educativo em formatos abertos e colaborativos.

Haja vista esse cenário, é importante que as instituições de ensino busquem estratégias para diversificar suas fontes de conhecimento. A criação de

materiais didáticos de acesso livre, a valorização de conhecimentos locais e a implementação de currículos mais flexíveis são algumas das medidas que podem mitigar os impactos do tecnofeudalismo no acesso ao conhecimento escolar. Dessa forma, é possível garantir um ensino mais inclusivo e representativo, que respeite e promova a diversidade epistemológica.

O TECNOFEUDALISMO INTENSIFICA DESIGUALDADES EDUCACIONAIS?

Tecnofeudalismo e as desigualdades educacionais na era digital

A digitalização da educação tem sido promovida como uma solução para democratizar o acesso ao conhecimento e aprimorar os processos de ensino-aprendizagem. No entanto, à medida que as plataformas digitais se tornam protagonistas nesse cenário, surgem desafios significativos relacionados à desigualdade educacional. O tecnofeudalismo, conceito que descreve a concentração de poder nas mãos de grandes corporações tecnológicas, impacta diretamente o acesso à educação, reforçando disparidades socioeconômicas entre os alunos. Segundo Christian Laval e Pierre Dardot (2016), a lógica neoliberal que permeia as políticas educacionais aprofunda as desigualdades estruturais, transformando a educação em um campo sujeito às mesmas dinâmicas de mercado que favorecem a exclusão.

A crescente influência das grandes plataformas tecnológicas no ensino tem favorecido a dependência de ferramentas digitais pagas, dificultando o acesso para alunos de baixa renda. Tressie McMillan Cottom (2017) analisa como instituições de ensino com fins lucrativos têm se consolidado como alternativas para classes sociais desfavorecidas, mas frequentemente sem oferecer uma formação de qualidade equivalente à disponível para alunos de classes mais altas. Essa realidade se estende para a educação básica, onde a digitalização pode reforçar barreiras de acesso ao aprendizado, criando um cenário onde aqueles que não possuem dispositivos adequados ou conexão estável à internet enfrentam uma exclusão digital estrutural.

Os impactos desse fenômeno podem ser analisados à luz da pedagogia crítica. Dermeval Saviani (1983) argumenta que a educação tanto pode reproduzir desigualdades quanto atuar como uma ferramenta de emancipação. No contexto do tecnofeudalismo, a digitalização sem medidas de inclusão adequadas perpetua uma divisão educacional, beneficiando os que já possuem condições de acesso e marginalizando aqueles que dependem de políticas públicas insuficientes para a integração digital.

Além da desigualdade no acesso aos meios digitais, há também um problema relacionado à burocracia das instituições educacionais na adoção dessas tecnologias. Maurício Tragtenberg (1980) critica a estrutura burocrática que, em vez de garantir a democratização do ensino, muitas vezes reforça um modelo elitista que dificulta a participação equitativa de todos os alunos. O controle sobre os materiais didáticos digitais e as plataformas educacionais por grandes conglomerados pode limitar a diversidade de conteúdo e aprofundar disparidades epistemológicas entre diferentes camadas sociais.

O artigo “O tecnofeudalismo já está aqui” (2025) discute como a narrativa de que a tecnologia pode resolver os desafios educacionais mascara a ausência de investimentos estruturais necessários para garantir inclusão digital efetiva. Muitas escolas, especialmente nas periferias urbanas e zonas rurais, não possuem a infraestrutura adequada para a adoção de tecnologias digitais, e os alunos são forçados a lidar com barreiras que não afetam seus colegas em escolas mais bem equipadas. A transição para um ensino digitalizado sem investimentos adequados pode, assim, agravar as desigualdades existentes.

O debate sobre tecnofeudalismo também deve considerar sua relação com o modelo econômico vigente. O artigo “Tecnofeudalismo ou o capitalismo de sempre?” (2025) propõe que, embora o controle das plataformas digitais apresente características novas, a lógica da exploração e da desigualdade permanece essencialmente a mesma do capitalismo tradicional. A monetização do ensino digital, aliada à dependência crescente de plataformas privadas, impede que a educação cumpra seu papel igualitário e formador de cidadania crítica.

O artigo “As particularidades atuais do capitalismo e sua materialização em...” (2025) destaca que a crescente mercantilização dos serviços educacionais

resulta na precarização da oferta de ensino público e na ampliação das barreiras de acesso para alunos sem recursos financeiros para arcar com ferramentas digitais. Nesse cenário, a digitalização se torna mais um fator de exclusão do que de inclusão, refletindo os desafios estruturais do modelo educacional vigente.

Diante desse panorama, é pertinente questionar se a digitalização da educação está de fato promovendo maior equidade ou apenas reproduzindo as desigualdades existentes sob novas formas. A relação entre tecnofeudalismo e ensino precisa ser analisada criticamente, garantindo que as transformações digitais sejam acompanhadas por políticas públicas eficazes que priorizem a inclusão e o acesso universal ao conhecimento. Caso contrário, o potencial emancipador da tecnologia pode ser perdido, e a educação formal permanecerá como um privilégio acessível apenas a uma parcela restrita da população.

COMO A ESCOLA PODE RESISTIR OU SE ADAPTAR AO TECNOFEUDALISMO NA EDUCAÇÃO?

Resistência e adaptação ao tecnofeudalismo na educação

O tecnofeudalismo tem se consolidado como um desafio para a educação contemporânea, impondo novas formas de controle sobre o acesso ao conhecimento e a produção de conteúdos educacionais. Diante desse cenário, as escolas podem buscar caminhos alternativos para resistir ou se adaptar, promovendo autonomia pedagógica e reduzindo a dependência das grandes corporações tecnológicas. Práticas pedagógicas como a gestão democrática, o uso de software livre e abordagens que priorizam a autonomia do estudante surgem como respostas a essa nova realidade (Educação Democrática, 2023).

Um dos modelos educacionais que se destacam na resistência ao tecnofeudalismo é o desenvolvido por Célestin Freinet. Sua pedagogia enfatiza a autogestão e a cooperação, criando ambientes de aprendizagem nos quais os alunos participam ativamente na construção do conhecimento. Freinet propôs técnicas como o jornal escolar e o trabalho em projetos, ferramentas que podem ser adaptadas ao ambiente digital sem necessariamente depender das grandes plataformas privadas (Freinet, 1978; 1996). Essas práticas incentivam

a produção independente de conhecimento e promovem um uso mais crítico da tecnologia.

A experiência da Escola da Ponte, em Portugal, também apresenta um modelo inovador que pode servir como inspiração para escolas que buscam maior autonomia em relação às plataformas digitais. Fundada por José Pacheco, a escola aboliu turmas e séries convencionais, adotando um modelo em que os alunos gerenciam seu próprio aprendizado por meio de projetos e tutoria entre pares. Essa abordagem reduz a necessidade de dependência de currículos padronizados e das ferramentas digitais centralizadas por grandes empresas (Pacheco, 2008; 2013).

A Heutagogia (Hase; Kenyon, 2000) surge como outra alternativa para adaptar o ensino ao contexto tecnológico sem se render completamente às imposições do tecnofeudalismo. Esse modelo enfatiza a aprendizagem autodirigida, em que o aluno assume um papel ativo na busca pelo conhecimento, alinhando-se ao uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Ao invés de depender exclusivamente de plataformas privadas, a Heutagogia estimula a exploração de ferramentas abertas e colaborativas, promovendo uma maior independência na aprendizagem.

As Escolas Família Agrícola (EFA) configuram uma estratégia significativa de resistência ao tecnofeudalismo, ao combinar educação e saberes comunitários por meio da Pedagogia da Alternância. Nesse modelo educativo, os estudantes alternam entre períodos de escola e de vivência na comunidade, aplicandoativamente os conhecimentos teóricos em suas realidades locais. Essa abordagem reforça saberes tradicionais e práticas sociais, reduzindo a dependência de tecnologias digitais padronizadas por grandes plataformas educacionais (Pereira; Rostas, 2023).

A gestão democrática das escolas representa outro aspecto fundamental na resistência ao tecnofeudalismo. Ao permitir que discentes e docentes participem das decisões pedagógicas e administrativas, a educação democrática cria um ambiente mais autônomo e crítico, diminuindo a submissão a interesses externos que podem comprometer a diversidade epistemológica e a autonomia do ensino (Educação Democrática, 2023). Essa abordagem valoriza não apenas

o conteúdo ensinado, mas também o modo como o conhecimento é produzido e distribuído dentro do espaço escolar.

Diante dessas possibilidades, a educação enfrenta um dilema entre se adaptar ao tecnofeudalismo ou encontrar estratégias eficazes para resistir a ele. O desenvolvimento de pedagogias mais autônomas, o uso de ferramentas livres e a valorização do conhecimento comunitário e colaborativo são estratégias que podem reduzir a dependência das grandes corporações tecnológicas. A busca por uma educação mais crítica e independente exige uma reavaliação constante das práticas pedagógicas, garantindo que o aprendizado continue sendo um direito acessível e democrático para todos.

QUAL O PAPEL DOS PROFESSORES NA MEDIAÇÃO DO APRENDIZADO EM UM CONTEXTO TECNOFEUDAL?

O papel dos professores na mediação do aprendizado em um contexto tecnofeudal

A ascensão do tecnofeudalismo na educação tem transformado a forma como professores interagem com seus alunos e mediam o aprendizado. O predomínio de plataformas digitais controladas por grandes corporações levanta questões sobre a autonomia docente, o impacto das tecnologias na educação e a possibilidade de um uso emancipador desses recursos. Segundo a pesquisadora Léa Fagundes (Fischer; Basso, 2020), é fundamental que os educadores se apropriem das tecnologias não como meros reprodutores de conteúdo, mas como mediadores que incentivam a curiosidade e a exploração ativa por parte dos alunos.

Diante desse cenário, o Instituto Educadigital promove iniciativas voltadas à educação aberta, que buscam incentivar uma cultura de compartilhamento e colaboração na era digital. A educação aberta permite que os professores não fiquem reféns de sistemas fechados e proprietários, incentivando o uso de recursos livres e adaptáveis às necessidades locais de ensino (Instituto Educacional, 2023). Nesse sentido, as tecnologias digitais podem ser utilizadas como ferramentas de emancipação, permitindo uma maior flexibilidade na produção e distribuição do conhecimento.

A Educação 5.0, um conceito emergente que evolui a partir da Educação 4.0, busca integrar a tecnologia ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, enfatizando o papel humano no processo de ensino-aprendizagem. O objetivo é garantir que os avanços tecnológicos estejam a serviço dos professores e estudantes, em vez de simplesmente padronizarem e automatizarem o ensino. Dessa forma, os professores têm a oportunidade de transformar as plataformas digitais em espaços interativos e personalizados, priorizando a experiência de aprendizagem em detrimento de modelos conteudistas mecanizados (Educação 5.0, 2023).

Por outro lado, algumas iniciativas institucionais também se destacam ao buscar integração tecnológica sem comprometer a autonomia docente. O Programa Conectividade, desenvolvido pelo SESI e SENAI, enfatiza a infraestrutura, a formação de professores e a produção de conteúdo digital, estimulando um uso mais reflexivo da tecnologia na educação. Essa abordagem permite que os professores utilizem as plataformas digitais de maneira mais estratégica e crítica, assegurando que as TICs sejam aliadas do ensino e não substitutas do papel mediador do docente (Programa Conectividade, 2023).

O Seminário Conecta, promovido anualmente pelo SESI e SENAI, também representa um espaço de reflexão e formação para professores, discutindo temas sobre a evolução tecnológica e seu impacto na educação. Esse evento destaca como as tecnologias devem ser adaptadas ao contexto pedagógico, garantindo que os professores possam utilizá-las de forma criativa e responsável, ao invés de serem submetidos a um modelo de ensino altamente controlado por algoritmos e padrões impostos pelas plataformas digitais (Seminário Conecta, 2023).

Assim, é possível afirmar que os professores desempenham um papel indispensável na mediação do aprendizado em um contexto tecnofeudal. Enquanto as plataformas digitais podem representar riscos à autonomia docente, iniciativas de educação aberta, formação de professores e inovação pedagógica oferecem caminhos para um uso mais emancipador das tecnologias. A chave está na capacidade dos professores de questionarem, problematizarem e adaptarem essas ferramentas para que sirvam aos objetivos educacionais e não ao mercado tecnológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interseção entre tecnofeudalismo e educação escolar suscita reflexões profundas sobre a crescente influência das grandes corporações tecnológicas nos processos pedagógicos e na autonomia das instituições de ensino. As análises desenvolvidas ao longo deste estudo demonstram que, embora as tecnologias digitais possam ser poderosas aliadas na educação, sua implementação sem uma abordagem crítica pode resultar em novas formas de dependência, desigualdade e precarização do trabalho docente. As escolas, professores e estudantes são, simultaneamente, consumidores e produtores de dados, inseridos em uma estrutura econômica que transforma a educação em mais um espaço de exploração do valor digital.

As plataformas digitais, ao se tornarem intermediárias fundamentais da educação, impõem suas próprias lógicas operacionais, muitas vezes reduzindo a autonomia pedagógica e limitando a diversidade epistemológica. A emergência do tecnofeudalismo evidencia como o controle das infraestruturas digitais por algumas poucas corporações pode comprometer a liberdade educacional e reforçar dinâmicas exclucentes. A formação crítica dos estudantes, longe de ser fortalecida pelo uso indiscriminado dessas tecnologias, pode ser prejudicada se não houver intencionalidade educativa na abordagem pedagógica e na escolha das ferramentas digitais utilizadas no ambiente escolar.

Diante desse panorama complexo e multifacetado, resistir e/ou se adaptar ao tecnofeudalismo exige um movimento consciente da comunidade educacional para promover alternativas mais democráticas no uso da tecnologia. A valorização do software livre, a ampliação do acesso a recursos educacionais abertos, a implementação de políticas públicas que garantam maior soberania digital e o fortalecimento da formação crítica de professores e alunos são estratégias centrais para evitar que a educação se torne refém dos interesses mercadológicos das grandes plataformas.

O papel dos professores se torna, portanto, ainda mais decisivo nesse cenário. Eles não devem ser apenas mediadores passivos do conhecimento digitalizado, mas sim agentes transformadores, capazes de promover práticas pe-

dagógicas que incentivem a autonomia e a reflexão crítica sobre a tecnologia. A adoção e desenvolvimento de modelos educacionais baseados na colaboração, no diálogo, na autogestão e na construção coletiva do saber é um caminho viável e promissor para minimizar os impactos do tecnofeudalismo e resgatar a centralidade da educação como um direito e não como um produto.

Para futuras pesquisas, recomenda-se a ampliação dos estudos sobre a soberania digital na educação, explorando políticas de adoção de tecnologias abertas e descentralizadas. Além disso, investigações sobre os impactos das plataformas digitais na formação dos estudantes, especialmente em relação ao desenvolvimento do pensamento crítico e à sua autonomia intelectual, são fundamentais para entender melhor as consequências desse fenômeno. Por fim, a análise da precarização do trabalho docente e dos desafios enfrentados pelos professores diante da digitalização da educação também se apresenta como uma agenda de pesquisa essencial para fortalecer o debate sobre a relação entre tecnologia e justiça social no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ALBANO, Eleonora. A educação na encruzilhada dos chatbots. **A Terra é Redonda**, 12 fev. 2025. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmídias/-educacao-na-encruzilhada-dos-chatbots/>. Acesso em: 07 mar. 2025.

BIOTTO, Rhayssa Thassya. **Análise de obstáculos epistemológicos em tecnologias digitais da informação e comunicação propostas no material didático da rede estadual de São Paulo para o ensino de química**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Química) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Química, Araraquara, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/af3f96a4-2afa-4d61-bd5e-58ec-cb9310c7/content>. Acesso em: 07 mar. 2025.

BORTOLAZZO, Sandro Faccin. O dilema das plataformas e redes digitais: processos educativos, docência e neoliberalismo. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 67, p. 24026, 2021.

CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski; SANTOS, Rodrigo Otávio dos; LOPES, Luís Fernando. Precarização do trabalho docente: plataformas de ensino no contexto da fábrica difusa. **Dossiê: precarização do trabalho, nova informalidade e território**. Caderno Metropole, São Paulo, v. 26, n. 59, pp. 209-228, jan/abr 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2024-5910>. Acesso em: 07 mar. 2025.

CHEMIN, Diego Cristian Lemes; ROSA, Selma dos Santos; ROSA, Valdir. Pensamento crítico na educação: quais estratégias didático-pedagógicas e tecnologias digitais estão sendo utilizadas na Educação Básica? **Ensino & Pesquisa**, v.17, n. 1, p. 113-137, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.33871/23594381.2019.17.1.2452>. Acesso em: 07 mar. 2025.

COTTOM, Tressie McMillan. **Lower Ed: The Troubling Rise of For-Profit Colleges in the New Economy**. New York: The New Press, 2017.

DEAN, Jodi. Plataformas: Capitalismo sem freios ou tecnofeudalismo? **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, 16 jun. 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/?id=619524%3Aplataformas-capitalismo-sem-freios-ou-tecnofeudalismo>. Acesso em: 07 mar. 2025.

DURAND, Cédric. **Technoféodalisme: Critique de l'économie numérique**. Paris: La Découverte, 2020.

EDUCAÇÃO 5.0. Tecnologia e Desenvolvimento Socioemocional na Educação. 2023.

ESCOLA DA PONTE. Escola da Ponte e o modelo de aprendizagem autônoma. [S.l.], 2023.

FISCHER, Maria Cecilia Bueno; BASSO, Marcus Vinícius de Azevedo. Léa da Cruz Fagundes: uma expert na formação de professores, em tempos de aprendizagem mediada por tecnologias digitais de informação e comunicação. **Rematec – Revista do Mestrado em Tecnologias Educacionais em Rede**, v. 8, n. 15, p. 139–151, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rematec/article/view/13133> . Acesso em: 7 jun. 2025.

FERREIRA, Lucélia Maria Lopes; SILVA, Micael Campos da; BEZERRA, Francisco Damião. A interferência da inteligência artificial na configuração de ambientes pedagógicos imersivos: uma análise epistemológica no contexto do ensino a distância. **Revista Científica**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1-15, 2025. Disponível em: [10.5281/zenodo.14885119](https://doi.org/10.5281/zenodo.14885119). Acesso em: 07 mar. 2025.

FIALHO, Isabel; CID, Marília; COPPI, Marcelo. Vantagens e dificuldades na utilização de plataformas e tecnologias digitais por professores e alunos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280050>. Acesso em 07 mar. 2025.

FREINET, Célestin. **Para uma Escola do Povo: guia prático para a organização material, técnica e pedagógica da escola popular.** Lisboa: Editorial Presença, 1978.

FREINET, Célestin. **Pedagogia do Bom Senso.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FRISCHMANN, Brett; SELINGER, Evan. **Re-Engineering Humanity.** Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

GERLICH, Michael. The use of artificial intelligence in modern business education: The impact on students' cognitive and communication skills in the United Kingdom. **IEEE Engineering Management Review**, v. 52, n. 1, p. 01-10, 2024. DOI: 10.1109/EMR.2024.3441468. Acesso em: 07 mar. 2025.

HASE, Stewart; KENYON, Chris. *From Andragogy to Heutagogy*. **ULT Base**, 2000. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237292335> (Acesso em 7 jun. 2025).

INSTITUTO EDUCACIONAL. **Iniciativa Educação Aberta e Cultura Digital.** 2023.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

LIMA, Getúlio de Souza; LASTÓRIA, Luiz Antônio Calmon Nabuco. A BNCC: O embate entre a educação digital e a promoção do pensamento crítico em suas possíveis interfaces. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo (SP), v.12, n.32, p. 377-399, set./dez.2024. Disponível em: <https://doi.org/10.33361/RPQ.2024.v12.n.32.697>. Acesso em: 07 mar. 2025.

MOROZOV, Evgeny. **The Net Delusion: he Dark Side of Internet Freedom.** New York: PublicAffairs, 2011.

OUTRAS PALAVRAS. **Tecnofeudalismo ou o capitalismo de sempre? Outras Palavras**, 2025. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/tecnofeudalismo-ou-o-capitalismo-de-sempre/>. Acesso em: 7 jun. 2025.

PACHECO, José. **A Escola da Ponte Sob Múltiplos Olhares - Palavras de Educadores, Alunos e Pais.** Porto Alegre: Penso, 2013.

PACHECO, José. **Escola da Ponte: Formação e Transformação da Educação.** Petrópolis: Vozes, 2008.

PEREIRA, R. L.; ROSTAS, M. H. S. G. A Pedagogia da Alternância e as Escolas Família Agrícola no Brasil: um estado do conhecimento de 2008 a 2019 em pesquisas stricto sensu. **Revista Thema**, Pelotas, v. 22, n. 1, p. 29–46, 13 mar. 2023. DOI: 10.15536/thema.V22.2023.29-46.2503. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/2503>. Acesso em: 7 jun. 2025.

POSTMAN, Neil. **Technopoly: The Surrender of Culture to Technology**. New York: Vintage Books, 1992.

PROGRAMA CONECTIVIDADE. Integração das Tecnologias na Prática Docente. 2023.

RODRIGUES, Alessandra; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. **Para além das plataformas e do tecnicismo: narrativas digitais e formação docente crítico-reflexiva**. Sisyphus, Journal of Education, vol. 11, ISSUE 03, p. 46-68, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.25749/sis.28803>. Acesso em: 07 mar. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1983.

SEMINÁRIO CONECTA. Diálogos sobre Tecnologia e Ensino. 2023.

TAVARES, Edineia Lopes; ENNES, Marcelo Alario; MELO, Marcos Ribeiro; LIMA, Maria Batista; CARVALHO, Tereza Simone S. de. **Produção de material didático para a diversidade**: concepções e análise de materiais didáticos na perspectiva da diversidade. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Centro de Educação Superior a Distância, 2013. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/09060114032013Material_Didatico_para_Diversidade.pdf. Acesso em: 7 mar. 2025.

SOUZA, João. Tecnofeudalismo e o monopólio dos conglomerados digitais. **DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar**, 10 mar. 2023. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-dia-p/92176-tecnofeudalismo-e-o-monopolio-dos-conglomerados-digitais>. Acesso em: 07 mar. 2025.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1980.

VAROUFAKIS, Yanis. **Tecnofeudalismo: El sigiloso sucesor del capitalismo**. Barcelona: Editorial Paidós, 2023.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power**. New York: PublicAffairs, 2019.

CAPÍTULO 2

FRONTEIRAS DA EDUCAÇÃO: ENTRE LEGADOS DO PASSADO E DESAFIOS DO FUTURO

INTRODUÇÃO

A filosofia da educação desempenha um papel fundamental na compreensão das práticas pedagógicas, das políticas educacionais e dos desafios enfrentados pelas sociedades contemporâneas. Ao longo da história, diferentes concepções educacionais disputaram espaço na formação dos indivíduos e na organização do ensino. No século XXI, a educação se encontra em um momento de intensas transformações, impulsionadas pelo avanço tecnológico, pelas mudanças sociais e pelo debate sobre os rumos da formação acadêmica e cidadã.

Dentro desse panorama, emergem questões essenciais que desafiam educadores, pesquisadores e formuladores de políticas públicas. A primeira grande questão envolve a dicotomia entre educação tradicional e progressista. John Dewey (1979), em *Democracia e Educação*, argumenta que a educação progressista, ao enfatizar a experiência e a reflexão, prepara melhor os estudantes para os desafios contemporâneos. Em contraste, a educação tradicional prioriza a transmissão de conteúdos preestabelecidos, muitas vezes desconsiderando a contextualização crítica dos conhecimentos.

Ao mesmo tempo, há uma preocupação crescente com a possibilidade de doutrinação ideológica nas escolas. Fernandes e Ferreira (2019), em *O Movimento Escola Sem Partido: Ascensão e Discurso*, discutem como o conceito de neutralidade educacional é frequentemente evocado para restringir o pensamento crítico em sala de aula. Frigotto (2018), em *Escola 'Sem' Partido*, argumenta que toda prática pedagógica carrega uma dimensão ideológica e que a neutralidade absoluta na educação é uma impossibilidade teórica.

Outra questão polêmica é o papel da educação na formação cidadã versus sua função de capacitação técnica para o mercado de trabalho. Paulo Freire

(1996), em *Pedagogia da Autonomia*, enfatiza a necessidade de formar indivíduos críticos e conscientes, e não apenas mão de obra qualificada para o mercado. A tecnologia também é um fator relevante neste debate. Duque et al. (2020), no artigo *Impacto do uso das TICs no processo de ensino-aprendizagem*, discutem como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) influenciam o processo educativo, alterando o papel do professor e a dinâmica de aprendizagem.

No campo econômico e social, a privatização da educação suscita um embate entre sua contribuição para a qualidade do ensino e o risco de aprofundamento das desigualdades sociais. Bittar-Godinho e Resende de Lima (2021), em *Fundações corporativas: A privatização da educação e as estratégias de legitimidade política via responsabilidade social corporativa*, discutem como empresas influenciam a educação através de estratégias de marketing social.

A inclusão educacional continua sendo um desafio essencial. Costa Júnior et al. (2020), no artigo *Ensino para todos: o papel da tecnologia na educação inclusiva*, aborda como a tecnologia pode ser usada para garantir acessibilidade a diferentes grupos marginalizados. No ensino superior, Randall Collins (1979), em *The Credential Society*, argumenta que a educação formal muitas vezes serve mais para estratificação social do que para preparação técnica real.

No âmbito curricular, Michael Apple (1982), em *Educação e Poder*, investiga como currículos padronizados podem reforçar desigualdades sociais e limitar a autonomia docente. Finalmente, Alfie Kohn (2000), em *The Case Against Standardized Testing*, argumenta que testes padronizados são inadequados para avaliar a qualidade da educação, sugerindo métodos alternativos de avaliação.

Essas obras e artigos oferecem uma base sólida para aprofundar o entendimento sobre as diversas questões que permeiam a filosofia da educação contemporânea.

EDUCAÇÃO TRADICIONAL VS. EDUCAÇÃO PROGRESSISTA: UMA ANÁLISE SOBRE OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI

O debate sobre as abordagens educacionais tradicionais e progressistas tem sido central na filosofia da educação, envolvendo discussões sobre a melhor forma de preparar os estudantes para os desafios contemporâneos. Enquanto a pedagogia tradicional enfatiza a transmissão estruturada do conhecimento e a disciplina, a pedagogia progressista prioriza a autonomia do aluno e a aprendizagem significativa por meio da experiência. Esta seção examina as vantagens e desvantagens de ambas as abordagens, utilizando como base os estudos de autores renomados, como José Carlos Libâneo, Hannah Arendt, Dermeval Saviani e Georges Snyders, além de artigos científicos sobre o tema.

A educação tradicional: estrutura e rigor acadêmico

A educação tradicional baseia-se na valorização do professor como principal transmissor do conhecimento e no ensino sistemático das disciplinas acadêmicas. Segundo José Carlos Libâneo (2014) essa abordagem busca garantir uma formação sólida, estruturada e eficiente, permitindo que os estudantes adquiram uma base teórica consistente para seu desenvolvimento intelectual. Além disso, a ênfase na disciplina e no respeito às normas é vista como um aspecto positivo para a formação dos estudantes, preparando-os para ambientes formais de trabalho e estudo.

Hannah Arendt (2005), em seu ensaio *A Crise na Educação*, defende que a educação tradicional tem um papel fundamental na preservação do legado cultural e no desenvolvimento do pensamento crítico. Para Arendt, a ruptura com esse modelo nos Estados Unidos, devido à influência das pedagogias progressivas, resultou na deterioração da qualidade educacional e na incapacidade de transmitir conteúdos fundamentais às novas gerações.

Por outro lado, a crítica à pedagogia tradicional reside na sua excessiva rigidez e na falta de estímulo à criatividade. Saviani (2021) destaca que essa abordagem pode levar à alienação dos estudantes, tornando-os meros receptores passivos do conhecimento, sem promover uma relação dialógica com

o aprendizado. Assim, enquanto a estrutura tradicional garante eficiência na transmissão de informações, ela pode limitar a autonomia e o desenvolvimento crítico dos estudantes.

A educação progressista: inovação e aprendizagem significativa

A pedagogia progressista, influenciada por teóricos como John Dewey (1979) e Paulo Freire (1996), defende que a educação deve ser centrada no aluno e na construção do conhecimento por meio da experiência e da problematização. Georges Snyders (1988) argumenta que essa abordagem permite uma aprendizagem mais significativa e prazerosa, ao conectar os conteúdos escolares à realidade dos estudantes e ao estimular sua participação ativa no processo de ensino.

Além disso, Libâneo (2014) destaca que a pedagogia progressista é mais inclusiva e flexível, permitindo que estudantes com diferentes estilos de aprendizagem se engajem de forma mais eficaz no processo educativo. Segundo ele, a introdução de metodologias ativas, como ensino por projetos e atividades colaborativas, fortalece a autonomia e a capacidade de resolver problemas.

No entanto, a pedagogia progressista também enfrenta desafios. Arendt (2005) critica a ideia de que os estudantes devem ser responsáveis por sua própria aprendizagem desde cedo, argumentando que essa abordagem pode comprometer a aquisição de conhecimentos estruturados essenciais para o desenvolvimento intelectual. Além disso, há o risco de superficialidade no ensino, especialmente quando a busca pela autonomia do aluno não é acompanhada por um currículo bem estruturado (Saviani, 2021).

Comparação e desafios para o século XXI

O século XXI exige que os indivíduos possuam não apenas conhecimento teórico, mas também habilidades adaptativas, como criatividade, pensamento crítico, capacidade de resolução de problemas e inteligência emocional. Nesse sentido, os estudos apontam que nem a educação tradicional nem a progressista, isoladamente, conseguem atender plenamente às demandas do mundo contemporâneo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e diversas pesquisas educacionais indicam a necessidade de um modelo híbrido, que combine o rigor acadêmico da pedagogia tradicional com a flexibilidade e inovação da pedagogia progressista. De acordo com Barreto e Melo (2022), embora o ensino híbrido tenha sido adotado em muitas escolas públicas brasileiras, especialmente durante a pandemia da COVID-19, essa modalidade tem se configurado mais como uma solução temporária do que como uma inovação consolidada. Os autores destacam que o ensino híbrido evidencia uma tensão entre modelos pedagógicos tradicionais e progressistas, refletindo a complexidade de integrar práticas renovadas progressistas em contextos educacionais marcados por limitações estruturais e desafios tecnológicos. Dessa forma, a implementação do ensino híbrido pode representar um caminho transitório, que precisa ser repensado para atender às demandas de uma educação mais flexível e inclusiva.

Além disso, um estudo recente de Castagnaro (2021) destaca que as escolas precisam equilibrar a estrutura curricular com metodologias ativas para garantir que os estudantes desenvolvam não apenas conhecimentos acadêmicos, mas também habilidades e competências socioemocionais. A pesquisa evidencia que a participação ativa dos alunos em práticas pedagógicas contextualizadas favorece uma formação integral, contemplando as dimensões cognitivas, sociais e emocionais essenciais para o desenvolvimento pleno dos estudantes.

O debate entre educação tradicional e progressista não deve ser tratado como uma oposição irreconciliável, mas sim como uma oportunidade de aprimorar as práticas pedagógicas. Ambas as abordagens possuem méritos e desafios, e o ideal é buscar uma educação que combine o melhor de cada uma. O futuro da educação no século XXI depende da capacidade dos sistemas de ensino de integrar metodologias diversas, garantindo uma formação sólida, crítica e inovadora. Como destacam Saviani (2021) e Snyders (1988), a educação deve ser, ao mesmo tempo, um espaço de transmissão do conhecimento e um ambiente de criatividade e emancipação.

Dessa forma, a busca por um ensino que valorize tanto o conhecimento acadêmico quanto o desenvolvimento humano e social é fundamental para garantir que os estudantes estejam preparados para os desafios e oportunidades do mundo contemporâneo.

DOUTRINAÇÃO IDEOLÓGICA NAS ESCOLAS: MITO OU REALIDADE?

O debate sobre a suposta doutrinação ideológica nas escolas tem se intensificado nos últimos anos, sendo um tema polêmico no campo da educação. Enquanto alguns argumentam que há um viés ideológico na abordagem de determinados conteúdos escolares, outros defendem que a educação crítica e reflexiva é essencial para a formação de cidadãos conscientes e participativos. Nesta seção, buscamos examinar as evidências sobre a existência de doutrinação ideológica nas escolas e discutir os critérios que diferenciam o ensino crítico da imposição de ideias. Para isso, utilizamos referências de teóricos como Paulo Freire, Hannah Arendt, José Carlos Libâneo e Demeval Saviani, além de artigos científicos que analisam a questão no contexto educacional contemporâneo.

O que é doutrinação ideológica e como ela se manifesta?

Doutrinação ideológica, no contexto educacional, pode ser definida como a imposição de um conjunto de valores e crenças a estudantes, sem permitir o contraditório ou a reflexão crítica. Segundo Hannah Arendt, a educação deve preservar o direito ao pensamento livre e autônomo, garantindo que os estudantes possam formar suas próprias opiniões a partir de uma exposição plural de ideias (Arendt, 2005). Dessa forma, qualquer tentativa de substituir o pensamento crítico pela adesão inquestionável a uma ideologia pode ser considerada uma forma de doutrinação.

No Brasil, o tema ganhou força com a proposta do movimento *Escola Sem Partido*, que acusa professores de promoverem visões ideológicas dentro da sala de aula. Entretanto, essa visão é contestada por educadores como José Carlos Libâneo (2014), que argumenta que toda prática educativa é, em si, carregada de valores e princípios, mas isso não significa que haja uma imposição ideológica. O ensino, segundo ele, deve estimular a reflexão e o diálogo, evitando tanto a neutralidade ingênua quanto a doutrinação.

Educação crítica ou imposição ideológica?

O filósofo e pedagogo Paulo Freire é frequentemente citado no debate sobre educação e ideologia. Sua obra *Pedagogia do Oprimido* defende uma educação libertadora, na qual os estudantes são incentivados a questionar a realidade e compreender as relações de poder na sociedade (Freire, 1968). Para Freire, a educação tradicional, ao apresentar um conhecimento pronto e fechado, pode ser considerada uma forma de doutrinação, pois não permite que o aluno desenvolva um pensamento crítico próprio.

Por outro lado, críticos da pedagogia freireana, como Miguel Nagib (2017), fundador do movimento *Escola Sem Partido*, afirmam que a abordagem crítica pode se transformar em ativismo político dentro da sala de aula, comprometendo a imparcialidade do ensino. No entanto, a neutralidade absoluta na educação é uma questão complexa, pois, como argumenta Derméval Saviani (2021), todas as escolhas pedagógicas envolvem valores e perspectivas ideológicas. O desafio, então, é garantir que o ensino não se limite a uma única visão de mundo, permitindo que os estudantes tenham contato com diferentes perspectivas e possam construir seu próprio pensamento.

Evidências de doutrinação ideológica: há base para a afirmação?

Pesquisas sobre o tema indicam que a acusação de doutrinação ideológica nas escolas não se sustenta em evidências concretas. Britto (2019), analisa a liberdade de expressão dos professores e destaca que, em contextos como o canadense, os educadores buscam apresentar diferentes perspectivas e incentivar o pensamento crítico dos estudantes. Essa abordagem demonstra que, apesar de controvérsias, a prática docente tende a valorizar a pluralidade de ideias em sala de aula, contrastando com movimentos que defendem a limitação do conteúdo pedagógico.

Além disso, um levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) revelou que as queixas sobre doutrinação ideológica em escolas são pontuais e não configuram um padrão generalizado

(INEP, 2021). O relatório indica que a maioria dos professores se preocupa mais com a transmissão do conhecimento do que com a defesa de agendas ideológicas.

No entanto, isso não significa que não existam casos isolados de professores que possam manifestar preferências políticas em sala de aula. O problema ocorre quando essas manifestações deixam de ser exposição de diferentes visões e se tornam imposição de uma única perspectiva. Para evitar essa situação, especialistas sugerem que a formação docente enfatize a ética profissional e a pluralidade de pensamento.

O papel da escola na formação cidadã

A escola tem um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e participativos. Segundo Libâneo (2014), a função da educação não é apenas transmitir conteúdos, mas também desenvolver a capacidade de análise e argumentação dos estudantes. Isso significa que a escola deve abordar temas políticos, sociais e históricos de forma equilibrada, permitindo que os estudantes conheçam diferentes interpretações dos fatos.

Saviani (2021) argumenta que a educação deve preparar os estudantes para a vida em sociedade, ajudando-os a compreender as estruturas que moldam o mundo em que vivem. Ele destaca que ignorar debates políticos e sociais na escola pode ser tão prejudicial quanto impor uma visão ideológica única. Assim, o desafio é encontrar um equilíbrio entre o ensino crítico e a garantia de um ambiente educacional pluralista.

A acusação de doutrinação ideológica nas escolas é um tema complexo que envolve diferentes interpretações sobre o papel da educação. Embora não existam evidências concretas de um viés sistemático no ensino, é importante que os professores estejam atentos para garantir que o aprendizado seja plural e respeite a diversidade de pensamento. Como destacam Freire (1968) e Saviani (2021), a educação deve ser um espaço de diálogo e reflexão, permitindo que os estudantes desenvolvam sua autonomia intelectual sem serem influenciados por imposições ideológicas.

Dessa forma, o verdadeiro desafio não é eliminar a presença de valores na educação, mas garantir que o ensino seja pautado no respeito à diversidade de ideias e na construção de uma sociedade democrática e crítica.

A EDUCAÇÃO NEUTRA É POSSÍVEL? UMA REFLEXÃO SOBRE POLÍTICA, IDEOLOGIA E ENSINO

A ideia de uma educação completamente neutra tem sido amplamente debatida, especialmente no contexto do movimento *Escola Sem Partido*, que defende uma suposta imparcialidade ideológica no ensino. No entanto, a educação é, por sua própria natureza, um ato político, pois envolve escolhas sobre conteúdos, métodos e valores transmitidos aos estudantes (Freire, 1968). Esse debate levanta questões fundamentais sobre o papel do professor, a construção do currículo e os riscos que a busca por uma neutralidade absoluta pode representar para a formação crítica dos estudantes.

A educação como ato político

O educador Paulo Freire (1968) argumentava que a educação nunca é neutra; ela pode servir tanto à manutenção das estruturas sociais vigentes quanto à sua transformação. Nesse sentido, ensinar não é um ato isolado de transmissão de conhecimento, mas sim um processo que envolve interpretações do mundo e da sociedade. Saviani (2021) reforça essa perspectiva ao afirmar que a escola está inserida em um contexto social e político, e que sua função pode ser tanto reproduutora de desigualdades quanto emancipadora.

Ao analisar o papel da escola na construção da hegemonia cultural, Antonio Gramsci (2011) destaca que a educação está entre os aparelhos ideológicos que contribuem para a formação do consenso social. Isso significa que a escola não apenas reflete as ideologias dominantes, mas também participaativamente da sua consolidação. Dessa forma, a tentativa de estabelecer uma educação neutra ignora que o próprio conceito de neutralidade já é um posicionamento político, pois pode servir para perpetuar o status quo.

Curriculum e ideologia: a neutralidade é um mito?

A seleção dos conteúdos a serem ensinados na escola não ocorre de maneira espontânea ou desinteressada. Michael Apple (1979) argumenta que o currículo escolar é moldado por interesses ideológicos e reflete os valores de determinados grupos sociais. Assim, quando se opta por enfatizar certas narrativas históricas ou excluir determinadas perspectivas, já se está fazendo uma escolha política.

Além do conteúdo explícito, existe também o chamado “currículo oculto”, um conceito desenvolvido por Jurjo Torres Santomé (1994), que se refere às normas, valores e concepções transmitidas implicitamente no ambiente escolar. A forma como as disciplinas são estruturadas, as regras de comportamento exigidas dos estudantes e até mesmo a postura do professor em sala de aula são aspectos que comunicam ideologias sem que isso esteja formalmente registrado no currículo.

Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1970) complementam essa análise ao destacar que a escola não apenas ensina conteúdos, mas também legitima formas de conhecimento que favorecem determinados grupos sociais em detrimento de outros. Segundo essa visão, a educação formal contribui para a reprodução das desigualdades ao privilegiar certos tipos de “capital cultural”, o que desmente a ideia de uma neutralidade absoluta no ensino.

O papel do professor e a formação crítica

Se a educação nunca é totalmente neutra, qual deve ser o papel do professor nesse contexto? Henry Giroux (1988) argumenta que os professores não são meros transmissores de informações, mas intelectuais ativos que ajudam a formar o pensamento crítico dos estudantes. Isso significa que a função do educador não é impor uma visão de mundo, mas apresentar diferentes perspectivas e estimular a capacidade analítica dos estudantes.

No entanto, o movimento *Escola Sem Partido* propõe justamente o contrário: a restrição do professor a uma posição supostamente neutra, evitando temas considerados “polêmicos” ou “ideológicos”. Estudos acadêmicos apon-

tam que essa proposta pode resultar na censura e no empobrecimento do debate escolar (Penna; Silva, 2018). Em vez de garantir uma educação isenta, o movimento pode reforçar uma ideologia única, ao eliminar a pluralidade de pensamentos na escola.

Além disso, a exigência de “neutralidade” pode ser seletiva, pois certas ideologias acabam sendo invisibilizadas enquanto outras são naturalizadas como verdades absolutas. Gomes e Teixeira (2020) argumentam que, ao silenciar debates sobre desigualdade, gênero, meio ambiente e direitos humanos, o *Escola Sem Partido* impõe uma visão específica da realidade, ainda que sob o discurso de neutralidade.

O perigo da “neutralidade” como censura

A busca por uma suposta educação neutra pode levar à desvalorização do pensamento crítico. Como alertam Giroux (1988) e Freire (1996), a educação deve preparar os estudantes para serem cidadãos ativos, capazes de refletir e questionar a sociedade em que vivem. Quando se elimina essa dimensão reflexiva, a escola se transforma em um espaço de mera repetição de conteúdos, sem conexão com a realidade social dos estudantes.

A história mostra que muitos dos avanços democráticos e sociais foram inicialmente considerados polêmicos e, por isso, censurados no ambiente escolar. Por exemplo, debates sobre a abolição da escravidão, direitos das mulheres e combate ao racismo já foram, no passado, temas controversos. Se a escola tivesse se mantido neutra diante dessas questões, muitos avanços sociais teriam sido adiados ou inviabilizados.

Diante da análise dos principais estudiosos da educação, fica evidente que a neutralidade absoluta no ensino é um mito. Toda prática pedagógica carrega dimensões políticas e ideológicas, seja na escolha dos conteúdos, na organização do currículo ou na forma como o conhecimento é transmitido. O desafio não está em eliminar essa dimensão política – pois isso é impossível –, mas sim em garantir que a escola seja um espaço de pluralidade e pensamento crítico.

A imposição de uma suposta neutralidade pode, na verdade, servir como instrumento de censura, restringindo a liberdade de expressão no ambiente escolar e limitando a formação dos estudantes (Penna; Silva, 2018; Gomes; Teixeira, 2020). Assim, uma educação verdadeiramente democrática não foge dos desafios da sociedade, mas prepara os estudantes para enfrentá-los de forma consciente e reflexiva. Afinal, como defendia Paulo Freire (1968), ensinar é um ato político, e a educação deve ser um caminho para a libertação e não para a alienação.

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E O MERCADO DE TRABALHO: UM EQUILÍBRIO NECESSÁRIO

A educação tem um papel fundamental na construção da sociedade e do indivíduo. No entanto, surge uma questão central: o ensino básico e superior devem priorizar a formação cidadã e crítica ou focar na capacitação técnica para o mercado de trabalho? Essa dicotomia tem sido amplamente debatida por educadores e pesquisadores, pois, de um lado, há a necessidade de preparar cidadãos conscientes e participativos, enquanto, de outro, é preciso garantir que os estudantes adquiram competências que lhes permitam ingressar e se manter no mercado de trabalho. Para resolver essa aparente contradição, diversos estudiosos argumentam que a educação deve integrar ambas as perspectivas, garantindo uma formação integral.

A educação como ferramenta de formação cidadã

A formação cidadã é um dos pilares fundamentais da educação, pois prepara os indivíduos para atuar criticamente na sociedade. Anísio Teixeira (1956) defendia que a escola pública deve ser um espaço de exercício da democracia, onde os estudantes não apenas aprendem conteúdos técnicos, mas também desenvolvem habilidades de reflexão crítica e participação ativa. Para ele, a educação deve proporcionar uma formação integral, contemplando tanto aspectos técnicos quanto humanísticos, permitindo que os estudantes compreendam seu papel na sociedade e atuem para transformá-la (Teixeira, 1956).

José Carlos Libâneo e Selma Garrido Pimenta (2007) complementam essa visão ao afirmar que a formação de professores deve integrar aspectos técnicos e críticos. Segundo os autores, um educador preparado para atuar de forma reflexiva e transformadora é essencial para garantir que os estudantes não apenas adquiram conhecimento, mas também desenvolvam uma consciência crítica sobre a realidade em que vivem. Essa abordagem reforça a ideia de que a educação deve ir além do ensino de conteúdos práticos e incluir a promoção de valores democráticos, participação social e desenvolvimento da autonomia intelectual.

A capacitação técnica e a empregabilidade

Por outro lado, há uma necessidade crescente de que a escola e a universidade preparem os estudantes para o mercado de trabalho. Em um mundo em constante transformação, a qualificação profissional é essencial para garantir empregabilidade e desenvolvimento econômico. Euricleia Aparecida Silva (2014) argumenta que a formação docente no ensino técnico deve abranger não apenas o domínio dos conteúdos específicos, mas também a capacidade de reflexão crítica e atuação social. Isso significa que a educação técnica não deve ser reduzida a um treinamento instrumental, mas sim associada a uma compreensão mais ampla da realidade e dos desafios do mundo do trabalho.

Modelos de ensino bem-sucedidos ao redor do mundo demonstram a importância de equilibrar ensino técnico e formação cidadã. José Augusto Pacheco (2020) aponta que diferentes modelos curriculares ao longo da história brasileira refletem essa tentativa de equilíbrio. Segundo ele, uma formação educacional eficaz deve contemplar tanto a capacitação para o mercado quanto a formação crítica, permitindo que os estudantes sejam profissionais qualificados e, ao mesmo tempo, cidadãos atuantes e informados.

Educação integral: o caminho para a formação completa

A solução para essa dicotomia entre ensino técnico e formação cidadã não está em escolher um dos dois, mas sim em integrar ambas as dimensões

no processo educacional. Maria Isabel da Silva Azevedo (2015) argumenta que programas como o PRONATEC são fundamentais para garantir uma formação profissional que contemple também aspectos de cidadania. Segundo ela, ao aliar qualificação profissional com conscientização social, tais iniciativas permitem que os estudantes desenvolvam tanto habilidades técnicas quanto uma compreensão crítica do mundo ao seu redor.

Essa perspectiva reforça a necessidade de um currículo equilibrado, que inclua disciplinas técnicas e humanísticas, garantindo que os estudantes estejam preparados para atuar tanto no mercado de trabalho quanto na vida política e social. A experiência de países como a Alemanha, onde o ensino técnico é integrado ao aprendizado crítico e interdisciplinar, mostra que essa combinação pode ser eficaz na formação de profissionais capacitados e cidadãos conscientes.

A educação não deve ser vista como um campo de disputa entre formação cidadã e capacitação técnica. Ambas são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e para garantir que os indivíduos possam atuar de forma plena e autônoma em suas vidas profissionais e sociais. Os estudos de Teixeira (1956), Libâneo e Pimenta (2007), Silva (2014), Pacheco (2020) e Azevedo (2015) demonstram que um ensino eficaz precisa integrar esses dois aspectos, proporcionando uma formação integral. Dessa forma, os estudantes não apenas terão melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho, mas também serão cidadãos críticos, capazes de compreender e transformar a realidade em que vivem.

TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO: AVANÇO OU RISCO PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM?

A integração da tecnologia na educação tem sido um dos temas mais debatidos no cenário educacional contemporâneo. Com a crescente digitalização do ensino, surgem questionamentos sobre os impactos dessa transformação no aprendizado dos estudantes. De um lado, a tecnologia oferece recursos inovadores que podem tornar o ensino mais dinâmico, acessível e interativo. Por outro, a dependência excessiva de dispositivos digitais pode comprometer habilidades tradicionais de aprendizado, como a leitura crítica, a escrita manual

e a memorização. Diante desse dilema, é fundamental analisar de que forma a tecnologia pode ser utilizada para potencializar a educação sem prejudicar as habilidades essenciais ao desenvolvimento cognitivo dos estudantes.

Os benefícios da tecnologia no processo de aprendizagem

O uso da tecnologia na educação tem o potencial de tornar o aprendizado mais eficiente e personalizado. Para Seymour Papert (1980), um dos pioneiros no estudo da informática educativa, as tecnologias digitais permitem que os estudantes desenvolvam autonomia no aprendizado, incentivando a experimentação e a resolução de problemas. Ele argumenta que, por meio de softwares interativos, os estudantes podem explorar conceitos de forma prática e dinâmica, favorecendo a construção ativa do conhecimento.

Além disso, a tecnologia possibilita a inclusão de diferentes estilos de aprendizagem. Segundo Howard Gardner (1983), a teoria das inteligências múltiplas sugere que os estudantes aprendem de maneiras distintas – alguns preferem conteúdos visuais, enquanto outros se beneficiam de experiências auditivas ou cinestésicas. Ferramentas digitais, como vídeos educacionais, simuladores e plataformas interativas, atendem a essa diversidade, proporcionando um ensino mais personalizado e eficaz (Gardner, 1983).

Outro ponto positivo da tecnologia é sua capacidade de ampliar o acesso à educação. Com a ascensão do ensino a distância e das plataformas de aprendizado online, como a *Khan Academy* e o *Coursera*, estudantes de diferentes realidades socioeconômicas podem ter contato com conteúdos de alta qualidade sem depender exclusivamente do ensino presencial. Para Manuel Castells (1996), a sociedade da informação exige que a educação esteja alinhada às novas formas de comunicação e interação digital, promovendo a democratização do conhecimento.

Os riscos da dependência tecnológica no ensino

Apesar de seus inúmeros benefícios, o uso indiscriminado da tecnologia na educação pode gerar desafios significativos. Um dos principais riscos é a

redução da capacidade de concentração e de leitura crítica dos estudantes. Nicholas Carr (2010), em seu livro *The Shallows: What the Internet Is Doing to Our Brains*, argumenta que a exposição excessiva a dispositivos digitais pode prejudicar a habilidade de leitura profunda e analítica. Segundo ele, a tendência de consumir informações fragmentadas na internet torna os estudantes menos propensos a se engajar em leituras longas e complexas, comprometendo sua capacidade de argumentação e reflexão.

Outro problema identificado por pesquisadores é a diminuição das habilidades de escrita manual. Estudos como o de Virginia Berninger (2012) mostram que a escrita à mão ativa diferentes áreas do cérebro em comparação com a digitação, contribuindo para a retenção de informações e o desenvolvimento da criatividade. A crescente dependência de dispositivos eletrônicos pode levar à perda dessas habilidades, impactando negativamente o aprendizado dos estudantes.

Além disso, o uso excessivo da tecnologia pode gerar distrações e prejudicar a capacidade de foco. Pesquisas de Jean Twenge (2017) indicam que o aumento do tempo de tela está correlacionado a níveis mais altos de ansiedade e dificuldades de concentração entre os jovens. Em um ambiente educacional, isso pode comprometer a qualidade do aprendizado, tornando os estudantes mais passivos e menos críticos em relação ao conteúdo que consomem.

Equilíbrio entre tecnologia e métodos tradicionais de ensino

Diante dos benefícios e desafios da tecnologia na educação, a solução não está em rejeitar seu uso, mas em encontrar um equilíbrio que maximize seus pontos positivos sem comprometer habilidades fundamentais. A abordagem conhecida como “*blended learning*” (aprendizado híbrido) combina o ensino tradicional com ferramentas digitais, promovendo um aprendizado mais eficiente e equilibrado. Segundo Graham et al. (2013), essa metodologia permite que os estudantes utilizem a tecnologia como um complemento ao ensino presencial, garantindo que habilidades essenciais, como leitura crítica e escrita manual, não sejam perdidas.

Além disso, o papel do professor na mediação do uso tecnológico é fundamental. Para Moran, Masetto e Behrens (2013), a tecnologia não deve substituir o professor, mas sim ser uma ferramenta de apoio para potencializar o ensino. Isso significa que os educadores precisam ser capacitados para utilizar as novas tecnologias de forma pedagógica, garantindo que o aprendizado seja significativo e equilibrado.

Outro aspecto relevante é a necessidade de ensinar aos estudantes um uso crítico e consciente das tecnologias. O conceito de alfabetização digital, defendido por Henry Jenkins (2009), enfatiza a importância de educar os estudantes para que saibam avaliar informações, compreender algoritmos e evitar o consumo passivo de conteúdos digitais. Isso os torna não apenas usuários de tecnologia, mas agentes ativos na construção do conhecimento.

A tecnologia tem um enorme potencial para transformar a educação, tornando-a mais acessível, interativa e personalizada. No entanto, sua utilização indiscriminada pode trazer desafios significativos, como a perda da capacidade de concentração, a redução das habilidades de escrita manual e a superficialização do aprendizado. Para garantir que os benefícios da tecnologia sejam aproveitados sem comprometer aspectos fundamentais do desenvolvimento cognitivo, é essencial adotar estratégias equilibradas, como o ensino híbrido, a capacitação de professores e a alfabetização digital dos estudantes.

Portanto, a questão não é se a tecnologia deve ou não estar presente na educação, mas sim como utilizá-la de maneira eficaz e responsável. Com uma abordagem equilibrada, é possível aproveitar seus avanços sem comprometer as habilidades tradicionais de aprendizado, garantindo uma educação mais completa e alinhada às exigências do século XXI.

PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: CAMINHO PARA A QUALIDADE OU REFORÇO DAS DESIGUALDADES?

A expansão da educação privada tem sido um dos temas mais debatidos nas últimas décadas, especialmente no contexto de reformas educacionais e políticas neoliberais que incentivam a participação do setor privado no ensino. Defensores da privatização argumentam que a concorrência entre instituições promove a melhoria da qualidade educacional, amplia as opções para os estu-

dantes e reduz a pressão sobre os cofres públicos. No entanto, críticos apontam que a mercantilização da educação reforça desigualdades sociais, restringe o acesso à educação de qualidade e compromete o caráter público e democrático do ensino. Diante desse dilema, é essencial analisar os impactos da privatização na educação, considerando tanto suas potenciais vantagens quanto seus riscos para a equidade e o direito universal à aprendizagem.

Os argumentos a favor da privatização da educação

Os defensores da educação privada argumentam que a concorrência entre instituições aumenta a eficiência e a qualidade do ensino. Segundo Milton Friedman (1962), um dos principais economistas liberais do século XX, a introdução de mecanismos de mercado na educação pode gerar inovação, melhorar o desempenho das escolas e permitir que os pais escolham instituições que melhor atendam às necessidades de seus filhos. Essa perspectiva está associada à ideia de “vouchers educacionais”, em que o governo financia a escolha dos pais, incentivando a competição entre escolas públicas e privadas para atrair estudantes.

Outro argumento frequentemente utilizado é que a privatização pode aliviar a carga sobre o sistema público, especialmente em países com dificuldades financeiras para manter um ensino universal e de qualidade. Para James Tooley (2009), a presença de escolas privadas de baixo custo em países em desenvolvimento tem permitido que mais crianças tenham acesso à educação básica, muitas vezes com estruturas melhores do que as escolas públicas. Em países como a Índia e o Quênia, redes de escolas privadas acessíveis têm se expandido para atender à demanda de populações que não encontram vagas ou qualidade satisfatória no setor público.

Além disso, alguns estudiosos apontam que a gestão privada pode proporcionar mais flexibilidade na administração escolar, permitindo maior inovação pedagógica, contratação de professores qualificados e um uso mais eficiente dos recursos financeiros. Eric Hanushek e Ludger Woessmann (2011) destacam que países com maior participação privada na educação, como Holanda e Suécia, apresentam bons desempenhos em avaliações internacionais, o que sugere que modelos híbridos de ensino podem ser benéficos quando bem regulados.

Os riscos da privatização: reforço das desigualdades e exclusão social

Apesar desses argumentos, a privatização da educação também apresenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à desigualdade social. Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1970) argumentam que a educação desempenha um papel central na reprodução das desigualdades sociais, e a privatização pode intensificar esse processo ao restringir o acesso à educação de qualidade para aqueles que não podem pagar por escolas privadas. Segundo os autores, a diferenciação entre escolas públicas e privadas contribui para a manutenção de uma elite educacional, perpetuando privilégios socioeconômicos.

Outro problema é que, mesmo em países onde há financiamento público para a educação privada, como por meio de vouchers, a qualidade do ensino nas escolas acessíveis a populações mais pobres tende a ser inferior. Stephen Ball (2012) destaca que a mercantilização da educação transforma o ensino em um produto, onde escolas privadas podem priorizar a maximização de lucros em detrimento da qualidade pedagógica. Isso pode levar a cortes na formação de professores, currículos simplificados e a exclusão de estudantes com dificuldades de aprendizado.

Além disso, a privatização pode enfraquecer o compromisso do Estado com a educação pública de qualidade. Para David Harvey (2005), a lógica neoliberal busca reduzir o papel do Estado em serviços sociais essenciais, como a educação, transferindo essa responsabilidade para o setor privado. No entanto, essa transição nem sempre resulta em melhorias, especialmente para populações marginalizadas que dependem de políticas públicas para garantir seu direito à educação.

A educação como direito ou como mercadoria?

A mercantilização da educação levanta um questionamento fundamental: a educação deve ser tratada como um bem público ou como um serviço sujeito às regras do mercado? Para Michael Apple (2006), a crescente influência do setor privado na educação ameaça sua função social e democrática. Segundo

ele, quando a lógica empresarial se sobrepõe à missão educacional, há o risco de que valores como cidadania, justiça social e inclusão sejam substituídos por interesses financeiros e mercadológicos.

Além disso, a privatização pode limitar a diversidade e a equidade no ensino. Quando escolas privadas têm liberdade para selecionar seus estudantes, muitas acabam favorecendo estudantes de famílias com maior capital econômico e cultural, deixando os estudantes mais vulneráveis nas escolas públicas, que podem sofrer com menor financiamento e segregação social. Isso compromete a ideia de uma educação como instrumento de mobilidade social e de redução das desigualdades.

Alternativas para um sistema educacional equitativo e eficiente

Diante dos desafios da privatização da educação, muitos pesquisadores sugerem modelos que combinem qualidade e equidade. Pasi Sahlberg (2011), ao analisar o sucesso do sistema educacional finlandês, destaca que a garantia de um ensino público gratuito e de qualidade para todos é a chave para um sistema educacional eficaz. A Finlândia investe fortemente na formação de professores, no fortalecimento da escola pública e em métodos pedagógicos inovadores, sem recorrer à privatização como solução para os desafios educacionais.

Uma alternativa é a adoção de parcerias público-privadas bem regulamentadas. Modelos como as *Charter Schools*¹ (Escolas Autônomas) nos Estados Unidos apresentam tanto exemplos de sucesso quanto de fracasso, demonstrando que o sucesso da iniciativa privada na educação depende de uma regulação eficiente e de um compromisso com a qualidade do ensino, e não apenas com a maximização de lucros (Lubienski; Lubienski, 2014).

A privatização da educação é um tema complexo, que envolve tanto potenciais benefícios quanto riscos significativos. Embora o setor privado possa

1 São escolas públicas, porém com maior autonomia administrativa, curricular e financeira, funcionando com um modelo híbrido entre escolas públicas tradicionais e instituições privadas. Elas recebem financiamento do governo, mas possuem maior flexibilidade na gestão, podendo definir suas metodologias de ensino e critérios de funcionamento, desde que cumpram metas de desempenho estabelecidas em seus contratos (charters).

contribuir para a inovação e ampliação do acesso ao ensino em determinados contextos, a mercantilização da educação pode intensificar desigualdades e comprometer o direito universal à aprendizagem. Estudos como os de Bourdieu e Passeron (1970), Ball (2012) e Apple (2006) demonstram que a educação deve ser tratada como um direito fundamental, e não como uma mercadoria sujeita às leis do mercado.

Portanto, a busca por um sistema educacional de qualidade deve passar pela valorização da escola pública, pelo fortalecimento da formação docente e por modelos que garantam equidade e inclusão. A privatização, quando mal regulada, pode comprometer esses princípios, tornando a educação um privilégio de poucos em vez de um direito de todos.

A BOLHA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O VALOR DOS DIPLOMAS: UMA REFLEXÃO SOBRE FORMAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

O ensino superior sempre foi visto como um dos principais caminhos para ascensão social e sucesso profissional. No entanto, com a crescente oferta de diplomas e a evolução do mercado de trabalho, a valorização da formação universitária tem sido questionada. O que antes era um diferencial competitivo, hoje pode não garantir a empregabilidade esperada, especialmente diante do avanço dos cursos técnicos e da crescente demanda por habilidades práticas. Esta seção analisa o valor dos diplomas no contexto atual, considerando a perspectiva do mercado de trabalho e as tendências educacionais emergentes.

A saturação do ensino superior e a diminuição do valor do diploma

Com a expansão das universidades e faculdades privadas, houve um aumento expressivo no número de graduados, o que reduziu a exclusividade do diploma como critério de diferenciação no mercado de trabalho. No Brasil, por exemplo, o crescimento das matrículas no ensino superior nos últimos 20 anos fez com que a posse de um diploma deixasse de ser um fator determinante para garantir emprego e bons salários (Schwartzman, 2021).

Ana Paula Salheb Alves e Ana Maria F. Almeida (2020) analisaram o recrutamento de engenheiros recém-formados e concluíram que o diploma universitário ainda tem peso, mas apenas quando associado a instituições de prestígio. Ou seja, o título em si não garante um emprego, mas sim a reputação da universidade onde o profissional estudou. Assim, enquanto alguns diplomas continuam valorizados, outros perderam espaço para qualificações mais técnicas e voltadas às demandas práticas do mercado de trabalho.

A importância dos cursos técnicos e do ensino profissionalizante

Diante do excesso de graduados em algumas áreas, os cursos técnicos têm ganhado força como alternativa viável para aqueles que buscam empregabilidade rápida e estabilidade profissional. A pesquisa realizada pela Fundação Roberto Marinho, Itaú Educação e Trabalho e Fundação Arymax (2022) aponta que estudantes com formação técnica têm maior taxa de inserção no mercado de trabalho e melhores salários do que muitos graduados. O estudo entrevistou mais de 800 profissionais de RH e revelou que empresas veem os cursos técnicos como um indicativo de comprometimento e foco do candidato.

Max Gehringer (2023), especialista em gestão empresarial, reforça essa ideia ao afirmar que investir em um curso técnico é uma escolha inteligente para quem deseja encontrar trabalho de forma mais rápida e eficaz. Isso se torna ainda mais evidente em setores como tecnologia e saúde, onde a qualificação prática tem se mostrado mais relevante do que um diploma universitário tradicional.

O ensino superior como sinalizador de habilidades?

O economista Bryan Caplan (2018), no livro *The Case Against Education*, argumenta que o ensino superior muitas vezes não proporciona habilidades práticas úteis, servindo mais como um sinalizador de disciplina e capacidade de aprendizado do que como uma formação verdadeiramente produtiva. Segundo ele, a obtenção de um diploma indica ao empregador que o candidato tem perseverança e é capaz de cumprir requisitos acadêmicos, mas não necessariamente que possui as habilidades técnicas exigidas para o trabalho.

Essa visão sugere que muitas universidades falham em preparar os estudantes para o mercado, focando mais em teorias do que em competências aplicáveis. Empresas como Google e Tesla já eliminaram a exigência de diplomas em algumas áreas, priorizando candidatos que demonstram habilidades práticas, independentemente da formação acadêmica (Caplan, 2018). Esse movimento reflete uma tendência crescente de valorização de habilidades técnicas, experiência profissional e aprendizado contínuo.

O crescimento da valorização das soft skills e da aprendizagem contínua

Além das qualificações formais, o mercado de trabalho tem cada vez mais priorizado as chamadas *soft skills*, como capacidade de comunicação, resolução de problemas e trabalho em equipe. David Deming (2021), em seu estudo *The Value of Soft Skills in the Labor Market*, destaca que as habilidades interpessoais estão se tornando mais relevantes do que a própria formação acadêmica. Segundo ele, a era digital e a automação de tarefas técnicas tornam a inteligência emocional e a adaptabilidade ainda mais essenciais para a empregabilidade.

A crescente importância do aprendizado contínuo também reforça a necessidade de reavaliar o papel da universidade. Cursos online, certificações e programas de curta duração têm se tornado alternativas viáveis para aqueles que buscam atualizar seus conhecimentos sem precisar passar anos em uma graduação tradicional (Deming, 2021). Assim, a educação não se encerra na obtenção de um diploma, mas se estende ao longo da vida profissional.

Caminhos para o futuro: ensino superior, técnico e formação híbrida

Diante dessas mudanças, o futuro da educação deve equilibrar diferentes formas de aprendizado para atender às necessidades do mercado e dos profissionais. Algumas direções possíveis são:

1. *Educação Híbrida* – Um modelo que combina o ensino superior tradicional com certificações técnicas e experiência prática pode ser uma solução

eficaz para garantir empregabilidade e desenvolvimento profissional (Schwartzman, 2021).

2. Valorização das competências práticas – Empresas devem focar mais na avaliação das habilidades reais dos candidatos do que apenas em seus títulos acadêmicos, estimulando processos seletivos baseados em testes e demonstrações de capacidade (Gehringer, 2023).

3. Reestruturação curricular – Universidades precisam reformular seus currículos para torná-los mais alinhados às demandas do mercado, incluindo mais disciplinas práticas e estágios obrigatórios (Alves; Almeida, 2020).

4. Expansão do ensino técnico – Governos e instituições de ensino devem incentivar o crescimento de cursos profissionalizantes, garantindo que mais jovens tenham acesso a qualificações valorizadas pelo mercado (Fundação Roberto Marinho et al., 2022).

5. Aprendizado contínuo – A educação deve ser vista como um processo permanente, com profissionais investindo constantemente em novas habilidades e atualizações para se manterem competitivos (Deming, 2021).

O ensino superior ainda tem valor, mas não pode mais ser considerado a única via para o sucesso profissional. Com a saturação de algumas áreas e a ascensão dos cursos técnicos e certificações especializadas, a formação universitária deve ser complementada por habilidades práticas e aprendizado contínuo. Empresas estão reavaliando seus critérios de contratação, priorizando candidatos que demonstrem competências reais, independentemente de sua titulação acadêmica. Assim, o futuro da educação e do trabalho dependerá de um equilíbrio entre ensino superior, qualificação técnica e desenvolvimento de habilidades interpessoais, garantindo que os profissionais estejam preparados para as novas demandas do mercado global.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A PADRONIZAÇÃO DO ENSINO: EQUIDADE OU LIMITAÇÃO?

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil é um dos temas mais debatidos no campo da educação. Com o objetivo de

estabelecer um conjunto de competências essenciais para a formação dos estudantes, a BNCC visa garantir equidade no acesso ao ensino e reduzir disparidades educacionais. No entanto, críticos apontam que a padronização curricular pode restringir a autonomia docente e dificultar a adaptação do ensino às especificidades regionais. Esta seção analisa os impactos da BNCC, destacando seus benefícios e desafios, à luz da literatura acadêmica sobre o tema.

A BNCC e a promoção da equidade educacional

A principal justificativa para a implementação da BNCC é a necessidade de um currículo unificado que garanta acesso igualitário ao conhecimento. Em um país marcado por desigualdades sociais e regionais, a padronização curricular pode ajudar a reduzir a discrepância entre redes de ensino público e privado, proporcionando um referencial comum para a aprendizagem (Aguiar; Tuttman, 2020). Além disso, a BNCC permite maior mobilidade estudantil, garantindo que um aluno que mude de cidade ou estado não enfrente dificuldades de adaptação por conta de variações curriculares excessivas.

A BNCC também fortalece a implementação de avaliações nacionais, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), possibilitando um acompanhamento mais rigoroso da aprendizagem dos estudantes em todo o território nacional (BNCC, 2017). Dessa forma, os gestores educacionais podem identificar lacunas no ensino e formular políticas públicas mais eficazes para combater as desigualdades.

No entanto, apesar desses benefícios, há críticas sobre a maneira como a BNCC foi construída e implementada. Alguns estudos argumentam que a centralização do currículo pode ignorar a diversidade cultural e pedagógica do país, impondo um modelo único de ensino (Santos Costa, Farias; Souza, 2021).

A BNCC e a autonomia docente

Um dos principais desafios impostos pela BNCC diz respeito à autonomia dos professores no processo de ensino-aprendizagem. A padronização

curricular pode limitar a flexibilidade pedagógica, tornando o ensino excessivamente engessado e comprometendo a capacidade dos docentes de inovar e adaptar os conteúdos às realidades locais (Barbosa; Deimling, 2022).

A crítica à BNCC nesse aspecto está relacionada ao risco de que os professores passem a atuar apenas como transmissores de conhecimento pré-definido, em vez de agentes críticos e reflexivos na construção do ensino. Segundo Freire (1996), a educação deve ser um processo dialógico, permitindo que os docentes construam o conhecimento junto aos estudantes, ao invés de apenas seguir diretrizes impostas de forma rígida. A imposição de um currículo comum pode, portanto, reduzir o espaço para a criatividade e o pensamento crítico no ensino.

Além disso, a formação inicial e continuada dos professores não tem sido suficientemente estruturada para lidar com as mudanças trazidas pela BNCC. Muitos docentes relatam dificuldades para adaptar suas práticas pedagógicas ao novo currículo, especialmente em escolas que enfrentam problemas estruturais e falta de recursos (Santos Costa; Farias; Souza, 2021).

O impacto da BNCC na diversidade cultural e regional

O Brasil é um país de grande diversidade cultural, com diferentes contextos históricos, sociais e econômicos. A uniformização curricular pode ignorar essa diversidade, dificultando a valorização de saberes locais. O ensino de História, por exemplo, tem sido alvo de críticas devido à forma como a BNCC prioriza certos conteúdos em detrimento de perspectivas regionais e narrativas de grupos historicamente marginalizados (Santos, 2021).

Além disso, em áreas rurais, indígenas e quilombolas, a estrutura curricular proposta pela BNCC pode não dialogar com as realidades dessas populações. Um currículo nacional único pode reforçar a visão eurocêntrica e urbana do conhecimento, desconsiderando a importância das tradições locais na formação dos estudantes (Valladares et al., 2018). Assim, a BNCC pode acabar funcionando como um instrumento de homogeneização cultural, afastando-se do ideal de um ensino contextualizado e significativo.

A BNCC e a formação para o mercado de trabalho

Outro aspecto relevante da BNCC é sua ênfase na formação de competências voltadas para o mercado de trabalho. A introdução de habilidades socioemocionais e competências técnicas busca preparar os estudantes para os desafios profissionais do século XXI, tornando-os mais adaptáveis às novas exigências do mundo do trabalho (BNCC, 2017).

No entanto, críticos argumentam que essa perspectiva pode reduzir a educação a uma função meramente instrumental, priorizando a empregabilidade em detrimento da formação cidadã e crítica. Barbosa e Deimling (2022) destacam que a reforma do Ensino Médio, vinculada à BNCC, reforça essa lógica ao incentivar itinerários formativos que podem levar a uma formação superficial em áreas como Filosofia e Sociologia, consideradas fundamentais para o desenvolvimento do pensamento crítico.

Se, por um lado, a BNCC busca alinhar a educação às demandas do mercado, por outro, corre-se o risco de que esse alinhamento se dê de forma reductionista, priorizando um ensino técnico em detrimento de uma educação mais ampla e humanística.

Caminhos para uma implementação equilibrada da BNCC

Para garantir que a BNCC promova equidade sem comprometer a autonomia docente e a diversidade cultural, algumas estratégias podem ser adotadas:

1. *Flexibilização curricular* – Estados e municípios devem ter maior autonomia para adaptar a BNCC às suas realidades locais, garantindo que o currículo conte com especificidades regionais (Santos, 2021).

2. *Valorização da autonomia docente* – Professores devem ser incentivados a desenvolver metodologias inovadoras dentro das diretrizes da BNCC, evitando um ensino excessivamente engessado (Barbosa; Deimling, 2022).

3. *Formação contínua de educadores* – É essencial investir na formação dos docentes para que possam interpretar a BNCC de forma crítica e adaptá-la às necessidades de seus estudantes (Santos Costa; Farias; Souza, 2021).

4. Aprimoramento da avaliação educacional – As avaliações nacionais devem ser revisadas para garantir que reflitam a diversidade de contextos escolares e não sirvam apenas como instrumentos de ranqueamento de escolas (Base Nacional Comum Curricular, 2017).

5. Equilíbrio entre formação técnica e humanística – A BNCC deve ser constantemente revisada para garantir que não haja uma priorização excessiva de competências técnicas em detrimento da formação crítica e cidadã (Barbosa & Deimling, 2022).

A BNCC representa um avanço na busca por maior equidade na educação, oferecendo um referencial comum para todas as escolas do país. No entanto, sua implementação deve ser feita com cautela para evitar a padronização excessiva do ensino, a perda da autonomia docente e a desvalorização da diversidade cultural. Um equilíbrio entre unificação curricular e flexibilidade pedagógica é essencial para garantir que a educação brasileira seja tanto inclusiva quanto contextualizada. A revisão contínua da BNCC e o fortalecimento do papel dos educadores são fundamentais para que a padronização curricular não se transforme em uma limitação ao aprendizado significativo.

AVALIAÇÃO E MÉTRICAS DE DESEMPENHO ESCOLAR: TESTES PADRONIZADOS SÃO A MELHOR OPÇÃO?

A avaliação do aprendizado escolar é um dos principais desafios dos sistemas educacionais em todo o mundo. Tradicionalmente, os testes padronizados têm sido utilizados para medir o desempenho dos estudantes e monitorar a qualidade da educação. No entanto, esse modelo tem sido amplamente criticado por sua limitação em capturar a complexidade do processo de aprendizagem. Pesquisadores e educadores defendem a necessidade de métodos de avaliação mais abrangentes, que considerem as múltiplas formas de inteligência e as diversas habilidades desenvolvidas pelos estudantes ao longo de sua formação. Nesta seção, analisamos as vantagens e desvantagens dos testes padronizados e exploramos alternativas mais eficazes e justas.

A importância dos testes padronizados na educação

Os testes padronizados têm sido amplamente utilizados como ferramentas para avaliar o desempenho dos estudantes, identificar lacunas no ensino e orientar políticas educacionais. No Brasil, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) são exemplos de instrumentos desse tipo. Em escala internacional, avaliações como o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), promovido pela OCDE, permitem a comparação do desempenho dos estudantes em diferentes países, gerando dados importantes para reformulações curriculares (Soares; Rodrigues; Delgado, 2018).

Os defensores dos testes padronizados argumentam que eles permitem um **diagnóstico objetivo e comparável** da aprendizagem dos estudantes, ajudando a identificar desigualdades educacionais e subsidiar políticas públicas para a melhoria do ensino (Soares et al., 2018). Além disso, oferecem um critério padronizado de seleção para o ensino superior, como ocorre com o ENEM no Brasil e o SAT nos Estados Unidos. Entretanto, diversos estudiosos alertam para os problemas desse modelo de avaliação, que pode gerar distorções na prática educacional.

As limitações dos testes padronizados

Embora os testes padronizados forneçam métricas quantitativas sobre a educação, eles apresentam diversas limitações. Uma das principais críticas é o reduzido escopo de avaliação, focado, em geral, em habilidades de leitura, escrita e matemática, deixando de lado competências como criatividade, pensamento crítico, habilidades socioemocionais e inteligência prática (Popham, 2016). Dessa forma, o modelo tradicional de provas escritas e de múltipla escolha não captura a diversidade de talentos dos estudantes.

Outro problema é que esses testes podem promover o “ensino para o teste”, no qual professores e escolas priorizam conteúdos que aparecem nas avaliações nacionais, deixando de lado disciplinas e abordagens pedagógicas mais

inovadoras (Ravitch, 2010). Essa cultura de ensino mecanicista pode reduzir a motivação dos estudantes e limitar seu desenvolvimento integral.

Além disso, os testes padronizados não consideram as diferenças socioeconômicas e culturais dos estudantes. Estudos demonstram que estudantes de famílias com maior renda, que têm acesso a reforço escolar e materiais educativos de qualidade, tendem a obter melhores notas, enquanto estudantes de contextos mais vulneráveis enfrentam dificuldades maiores (Lemos; Soligo, 2021). Assim, em vez de refletir apenas a qualidade do ensino, os resultados podem ser influenciados por fatores externos à escola.

Avaliação formativa e portfólios: alternativas mais abrangentes

Diante das limitações dos testes padronizados, pesquisadores sugerem métodos alternativos para avaliar o desempenho dos estudantes. Um deles é a avaliação formativa, que consiste no acompanhamento contínuo do aprendizado, por meio de feedbacks, observação em sala de aula e análise de produções dos estudantes (Black; Wiliam, 1998). Essa abordagem permite que os professores identifiquem dificuldades específicas e adotem estratégias pedagógicas mais eficazes.

Uma alternativa promissora é o uso de portfólios, nos quais os estudantes registram suas produções ao longo do tempo, permitindo uma avaliação mais abrangente de seu progresso. Esse método favorece a personalização do ensino e estimula os estudantes a refletirem sobre seu próprio aprendizado (Darling-Hammond; Lieberman, 2014). Além disso, os portfólios são mais eficazes para avaliar competências como criatividade e inovação, que dificilmente podem ser medidas por testes padronizados.

Inteligências múltiplas e métodos avaliativos diversificados

Howard Gardner (1983) propôs a *teoria das inteligências múltiplas*, argumentando que a inteligência humana não pode ser reduzida apenas a habilidades lógico-matemáticas e linguísticas. Segundo ele, existem diferentes tipos de inteligência, como a espacial, musical, interpessoal e corporal-cinestésica, que não são contempladas pelos modelos tradicionais de avaliação.

Com base nessa teoria, muitas escolas ao redor do mundo têm adotado métodos avaliativos diversificados, que incluem apresentações orais, trabalhos em grupo, simulações e atividades práticas. Esse modelo busca valorizar as diferentes formas de aprendizado dos estudantes, permitindo que cada um demonstre seu conhecimento da maneira que melhor se adapta às suas habilidades (Gardner, 1983).

Autoavaliação e avaliação por pares: desenvolvendo a autonomia dos estudantes

Outro método eficaz para avaliar o aprendizado é a autoavaliação, na qual os próprios estudantes refletem sobre seu progresso e identificam seus pontos fortes e fracos. Essa abordagem estimula o pensamento crítico e a metacognição, tornando os estudantes mais conscientes de seu processo de aprendizagem (Boud; Falchikov, 2006).

Além disso, a avaliação por pares, na qual os estudantes analisam e comentam o trabalho dos colegas, promove um aprendizado mais colaborativo e participativo. Esse tipo de avaliação tem se mostrado eficaz no desenvolvimento de habilidades interpessoais e de argumentação, sendo amplamente utilizado em metodologias como o Aprendizado Baseado em Projetos (PBL) (Barron; Darling-Hammond, 2008).

O equilíbrio entre testes padronizados e métodos alternativos

Embora os testes padronizados tenham suas limitações, eles ainda desempenham um papel importante na avaliação do desempenho escolar, principalmente como instrumento de análise de políticas educacionais e garantia de critérios objetivos para acesso ao ensino superior. No entanto, seu uso isolado pode gerar distorções no ensino e ignorar aspectos fundamentais do aprendizado.

A melhor abordagem parece ser um modelo híbrido de avaliação, que combine exames padronizados com métodos mais qualitativos e diversificados, como portfólios, projetos interdisciplinares, autoavaliação e observação

contínua. Essa estratégia permitiria uma visão mais ampla e justa do aprendizado dos estudantes, equilibrando a necessidade de métricas objetivas com uma valorização das diversas formas de inteligência e habilidades humanas (Darling-Hammond; Lieberman, 2014).

Os testes padronizados têm sido amplamente utilizados na educação como ferramenta de medição do desempenho escolar, mas apresentam limitações significativas. Estudos demonstram que esses exames podem reforçar desigualdades, reduzir a autonomia dos professores e limitar o desenvolvimento de competências mais amplas. Métodos alternativos, como avaliação formativa, portfólios, inteligência múltipla e autoavaliação, oferecem abordagens mais eficazes para medir a aprendizagem de forma justa e abrangente. O futuro da avaliação escolar deve buscar um equilíbrio entre métricas quantitativas e qualitativas, garantindo que o sistema educacional valorize o aprendizado em sua totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Filosofia da educação contemporânea: entre tradição, progresso e desafios atuais

A filosofia da educação ocupa um papel central nas discussões que atravessam as transformações tecnológicas, sociais e ideológicas do século XXI. Entre os principais dilemas que emergem nesse campo, destacam-se as tensões entre os modelos tradicional e progressista de ensino, os debates sobre a neutralidade pedagógica, a dualidade entre formação cidadã e qualificação técnica, os impactos das tecnologias digitais na aprendizagem, além das implicações da privatização e da inclusão educacional. Essas questões, longe de serem meramente técnicas, envolvem disputas políticas, epistemológicas e culturais que configuram os rumos da educação contemporânea (Freire, 1968; Dewey, 1979; Apple, 1982).

O embate entre as abordagens tradicional e progressista constitui uma das mais antigas e persistentes controvérsias na filosofia da educação. John Dewey (1979), expoente do pragmatismo norte-americano, defende que a

educação deve ser centrada na experiência do aluno, promovendo uma aprendizagem ativa, significativa e contextualizada. Em contraponto, Hannah Arendt (2005) adverte que o excesso de ênfase na autonomia discente pode comprometer a transmissão sistemática do conhecimento acumulado historicamente, enfraquecendo a formação intelectual. José Carlos Libâneo (2014), ao analisar diferentes tendências pedagógicas, argumenta que, embora o modelo progressista estimule a criatividade e a participação, sua eficácia depende de um planejamento rigoroso que assegure a coerência e a profundidade do processo formativo.

A alegação de neutralidade na prática educativa é amplamente questionada por estudiosos críticos. Gaudêncio Frigotto (2018) sustenta que a proposta de uma “escola sem partido” constitui, em si, um posicionamento ideológico que visa restringir o pensamento crítico e pluralista na formação dos estudantes. De modo convergente, Antonio Gramsci (2011) considera a educação como um espaço estratégico de disputa pela hegemonia cultural, onde se forjam visões de mundo e se moldam consciências. Michael Apple (1982) reforça essa perspectiva ao demonstrar como os currículos escolares refletem relações de poder e tendem a reproduzir desigualdades sociais. Por outro lado, Miguel Nagib (2018), defensor do movimento Escola Sem Partido, argumenta que a neutralidade é necessária para evitar a doutrinação ideológica e preservar a imparcialidade do ensino. Esse tensionamento evidencia que não há espaço neutro na educação: toda prática pedagógica carrega conceções de mundo e intencionalidades políticas.

Outro desafio relevante diz respeito à dicotomia entre formação cidadã e qualificação técnica. Paulo Freire (1996) defende que a educação deve ir além da preparação para o mercado, promovendo a conscientização crítica e o engajamento social. Martha Nussbaum (2010) alerta que uma educação voltada exclusivamente para o crescimento econômico tende a enfraquecer os valores democráticos e a capacidade de julgamento ético dos cidadãos. Dermeval Saviani (2021), por sua vez, propõe a superação dessa dicotomia, defendendo um modelo educativo que articule a formação cultural ampla

com a preparação técnica, integrando os saberes científicos e humanísticos às exigências da vida prática.

No que se refere ao uso das tecnologias digitais, há consenso sobre seu potencial transformador, mas também sobre os riscos associados. Seymour Papert (1980) destaca que as ferramentas tecnológicas, quando bem utilizadas, favorecem a autonomia dos estudantes e a aprendizagem por meio da experimentação. Contudo, Nicholas Carr (2010) adverte que a exposição excessiva a dispositivos digitais pode comprometer habilidades cognitivas fundamentais, como a leitura crítica e a atenção sustentada. Jean Twenge (2017) acrescenta que o uso intensivo de tecnologias está associado a problemas de saúde mental entre adolescentes. Henry Jenkins (2009) propõe que a alfabetização digital crítica seja incorporada ao currículo escolar, capacitando os estudantes a lidar de forma consciente e reflexiva com as mídias digitais.

A crescente privatização da educação também impõe importantes desafios. Michael Apple (2001) denuncia a mercantilização do ensino como um fator que intensifica as desigualdades e compromete a função social da escola pública. Stephen Ball (2012) corrobora essa análise ao demonstrar como as parcerias público-privadas e as redes de escolas privadas influenciam as políticas educacionais, subordinando-as a interesses empresariais. No Brasil, a Lei nº 13.415/2017, que reformulou o ensino médio, é frequentemente citada como exemplo dessa tendência, pois introduziu alterações que alinham o currículo às demandas do mercado de trabalho, em detrimento de uma formação geral e crítica (Brasil, 2017).

A inclusão educacional, por fim, permanece como um dos principais desafios da agenda educacional contemporânea. Boaventura de Sousa Santos (2020) salienta que a pandemia de COVID-19 aprofundou as desigualdades existentes, revelando a precariedade das condições de acesso ao ensino, especialmente entre os grupos mais vulneráveis. A Organização das Nações Unidas, por meio do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, reitera a importância de garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa para todos. Nesse contexto, as tecnologias podem desempenhar um papel relevan-

te na ampliação do acesso e na promoção da equidade, desde que utilizadas com responsabilidade e atenção às diferentes necessidades dos estudantes.

Diante desse cenário multifacetado, torna-se evidente que não há respostas simples para os dilemas da educação contemporânea. A construção de modelos educacionais democráticos, inclusivos e socialmente referenciados exige a integração de múltiplas perspectivas teóricas e práticas. Frente a esses desafios, a articulação equilibrada entre tradição e inovação, entre formação cidadã e capacitação técnica, assim como entre liberdade pedagógica e responsabilidade social, parece apontar caminhos promissores para enfrentar os complexos desafios da educação no século XXI. Cabe aprofundar o assunto em investigações futuras.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R.; TUTTMAN, F. A padronização curricular e seus impactos na equidade educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, n. 2, p. 87-102, 2020.

ALVES, Ana Paula Salheb; ALMEIDA, Ana Maria F. O recrutamento de engenheiros e a importância do diploma universitário. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, n. 3, p. 321-340, 2020.

APPLE, Michael. **Educating the “right” way: markets, standards, god, and inequality**. New York: Routledge, 2006.

APPLE, Michael W. **Educação e Poder**. São Paulo: Cortez, 1982.

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ARENDT, Hannah. A crise na educação. In: _____. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

AZEVEDO, Maria Isabel da Silva. Formação profissional e cidadania: a contribuição do PRONATEC. **Anais do SEGET**, 2015. Disponível em: <https://www.seget.com.br>.

BALL, Stephen J. **Global education inc.: new policy networks and the neo-liberal imaginary**. London: Routledge, 2012.

BARBOSA, M.; DEIMLING, T. O impacto da BNCC na autonomia docente e no ensino crítico. **Cadernos de Educação**, v. 40, n. 1, p. 59-78, 2022.

BARRETO, João Pedro de Sousa; MELO, Raimunda Alves. O ensino híbrido e a sua representação para as escolas públicas. **Epistemologia e Práxis Educativa – EPEDuc**, v. 5, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/3020>. Acesso em: 7 jun. 2025.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. **Brasília: MEC**, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>.

BERNINGER, Virginia. Evidence-based implications for writing instruction and intervention. **The British Journal of Educational Psychology**, v. 81, n. 2, p. 223-234, 2012.

BITTAR-GODINHO, Maria Clara; RESENDE DE LIMA, Tiago José. Fundações corporativas: A privatização da educação e as estratégias de legitimidade política via responsabilidade social corporativa. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. 1-24, 2021.

BLACK, P.; WILIAM, D. Inside the black box: Raising standards through classroom assessment. **Phi Delta Kappan**, v. 80, n. 2, p. 139-148, 1998.

BOUD, D.; FALCHIKOV, N. **Rethinking assessment in higher education: learning for the longer term**. London: Routledge, 2006.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as diretrizes e bases da educação nacional e estabelece a reforma do ensino médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 fev. 2025.

BRITTO, Tatiana Feitosa de. What teachers can (not) say? The Canadian experience and “Escola sem Partido”. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, p. 1–21, 2019. DOI: 10.1590/S1413-24782019240001.

CAPLAN, Bryan. **The case against education: why the education system is a waste of time and money**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

CAPUZZO, R.; PÔRTO JR., J. **Educação Inclusiva: da Escola à Universidade**. São Paulo: Editora XYZ, 2021.

CARR, Nicholas. **The Shallows: What the Internet Is Doing to Our Brains.** New York: W. W. Norton & Company, 2010.

CASTAGNARO, Thaís Janaína. **Metodologias ativas e o desenvolvimento de habilidades e competências: estratégias para um ensino contextualizado.** Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/204400>. Acesso em: 7 jun. 2025.

CASTELLS, Manuel. **The rise of the network society.** Malden: Blackwell Publishers, 1996.

COLLINS, Randall. **The credential society: an historical sociology of education and stratification.** New York: Academic Press, 1979.

COSTA JÚNIOR, João et al. Ensino para todos: o papel da tecnologia na educação inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 3, p. 403-420, 2020.

DARLING-HAMMOND, L.; LIEBERMAN, A. **Teacher education around the world: changing policies and practices.** New York: Routledge, 2014.

DEWEY, John. **Democracia e educação.** Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

DEMING, David. **The value of soft skills in the labor market.** Cambridge: Harvard University Press, 2021.

DUQUE, Carla et al. Impacto do uso das TICs no processo de ensino-aprendizagem. **Revista Educação & Tecnologia**, v. 15, n. 2, p. 45-60, 2020.

FERNANDES, Luís; FERREIRA, Pedro. **O movimento escola sem partido: ascensão e discurso.** São Paulo: Editora XYZ, 2019.

FIOCRUZ. **Guia de acessibilidade para as ações educativas na fiocruz.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2023. Disponível em: <https://www.fiocruz.br>.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “Sem” Partido: a luta pela desqualificação da educação pública e da profissão docente.** Petrópolis: Vozes, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalism and freedom**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

GARDNER, Howard. **Frames of mind: the theory of multiple intelligences**. New York: Basic Books, 1983.

GEHRINGER, Max. A importância da formação técnica no mercado de trabalho atual. **Revista Gestão e Carreira**, v. 12, n. 1, p. 45-60, 2023.

GIROUX, Henry. **Teachers as intellectuals: toward a critical pedagogy of learning**. Westport: Bergin & Garvey, 1988.

GOMES, Carlos; TEIXEIRA, Camila. Escola Sem Partido e a suposta neutralidade do ensino: um projeto político-ideológico? **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, p. e250002, 2020.

GOMES, L.; REIS, T.; SOARES, M. **Educação Museal e Acessibilidade**. Belo Horizonte: Editora ABC, 2023.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

GRAHAM, Charles R.; HENRIE, Curtis R.; GIBBONS, Andrew S. Developing models and theory for blended learning research. **Online Learning Journal**, v. 17, n. 3, 2013. Disponível em: <https://olj.onlinelearningconsortium.org>.

HARGREAVES, Andy; FULLAN, Michael. **Professional capital: transforming teaching in every school**. New York: Teachers College Press, 2012.

HARGREAVES, Andy; SHIRLEY, Dennis. *The Fourth Way: The Inspiring Future for Educational Change*. Thousand Oaks: Corwin Press, 2009.

HOPMANN, Stefan. Reclaiming Instructional Practice: From Curriculum Guides to Didactic Design. **European Educational Research Journal**, v. 6, n. 2, p. 109-124, 2007.

JIMENEZ, Maria et al. Avaliação formativa e feedback: contribuições para o desenvolvimento da aprendizagem. **Revista Educação em Foco**, v. 19, n. 1, p. 135-152, 2022.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação.** Campinas: Papirus, 2007.

KILPATRICK, Jeremy. The role of assessment in the teaching and learning of mathematics. In: LESTER, F. (Ed.). **Second handbook of research on mathematics teaching and learning.** Charlotte: Information Age, 2007.

KING, Alison. From Sage on the Stage to Guide on the Side. **College Teaching**, v. 41, n. 1, p. 30–35, 1993.

KNOBLAUCH, Hubert. **Focalização e análise discursiva da linguagem.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

KUHN, Deanna. A developmental model of critical thinking. **Educational Psychologist**, v. 54, n. 3, p. 150-161, 2019.

LEITE, Denise; SANTOS, Luciana. Avaliação e inclusão na educação superior: políticas e práticas. **Revista Educação & Sociedade**, v. 42, n. 154, p. 1-20, 2021.

LIMA, Maria Socorro. A reforma do ensino médio e a flexibilização curricular. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 173, p. 20-35, 2019.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Lino de. **ensinar e aprender: novas perspectivas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

MACHADO, Maria Cristina. Avaliação formativa e cultura escolar: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, e270019, 2022.

MEC. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024: Linha de Base.** Brasília: INEP, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA JÚNIOR, Celso. A Base Nacional Comum Curricular e o currículo da educação básica: implicações para o trabalho docente. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 144, p. 15-32, 2018.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

OCDE. **Relatório PISA 2018 – Resultados.** Paris: OCDE, 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org>.

PAIVA, Vanice Maria. **Currículo e multiculturalismo: desafios da educação contemporânea.** São Paulo: Cortez, 2013.

PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. **A avaliação como aprendizagem: possibilidades e limites.** Porto Alegre: Penso, 2012.

PERRENOUD, Philippe. **avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

RAMOS, Marise. Políticas de Educação Profissional e tecnológica no Brasil: avanços e limites. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 33, p. 319-336, 2020.

REIMERS, Fernando M. **Educating students to improve the world.** Singapore: Springer, 2020.

RODRIGUES, Lúcia. Ensino híbrido: um panorama das práticas no Brasil. **Revista Educação e Tecnologia**, v. 18, n. 3, p. 89-102, 2022.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interculturalidade: desafios à educação.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus.** São Paulo: Cortez, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SILVA, Marco Antônio. Tecnologias e inclusão digital na educação pública. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 28, n. 1, p. 45-61, 2020.

SILVA, Carlos; MORAES, Patrícia. Ensino híbrido: reflexões sobre práticas e possibilidades pedagógicas. **Cadernos de Educação**, v. 40, n. 2, p. 101-118, 2022.

SOUZA, Sandra. A inclusão escolar e o papel do professor: desafios e possibilidades. **Revista Educação Especial**, v. 33, p. 87-104, 2020.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

CAPÍTULO 3

CURRÍCULO ESCOLAR DO SÉCULO XXI: TECNOLOGIA, INCLUSÃO E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

INTRODUÇÃO

O currículo escolar tem sido amplamente discutido como elemento essencial para, ao proporcionar formação integral, humanizada, técnica e científica, preparar os estudantes, tanto para a vida em geral como para as exigências do mercado de trabalho contemporâneo. Embora complexa, carregada de interesses e narrativas discrepantes, sem dúvidas, trata-se de significativa discussão coletiva, pública, democrática e, como tal, estratégica e indispensável, especialmente ao considerar-se a qualificação e o desenvolvimento social, e, em sentido lato, a soberania das nações. Resulta dessa observação nossa curiosidade epistemológica e investigativa nela, doravante manifesta, refletida e, em partes, aprofundada e analisada.

Neste contexto, observam-se estudos com diferentes finalidades (Kenski, 2007; Almeida; Valente, 2011; Raabe; Molin, 2012; Cerny et. al., 2017; Hanauer, 2018) sinalizando que a integração de tecnologias digitais no ensino tem se mostrado estratégia fundamental para inovar práticas pedagógicas e tornar a aprendizagem mais dinâmica e conectada com a realidade atual. Eles apontam que a utilização dessas ferramentas facilita o desenvolvimento de habilidades como pensamento crítico, criatividade e colaboração, essenciais para a atuação profissional no século XXI. No entanto, sua implementação enfrenta desafios, como a falta de infraestrutura tecnológica adequada em muitas escolas e a necessidade de capacitação contínua dos professores para explorar essas inovações de forma eficaz (Filgueira et. al., 2023).

Além da tecnologia, a inclusão e a diversidade no currículo também são aspectos fundamentais para garantir que a educação seja acessível e equitati-

va para todos. A adaptação do currículo para atender a diferentes necessidades, como a inclusão de alunos com deficiência visual, por exemplo, contribui para uma sociedade mais justa e pluralista (Marques, 2019). Além disso, currículos que respeitam as diferenças culturais, sociais e econômicas promovem um aprendizado mais significativo e conectado com a realidade dos estudantes (Santos, 2014). Para tanto, é essencial que haja um esforço contínuo de adaptação curricular, garantindo que tanto a tecnologia quanto a inclusão estejam no centro das discussões educacionais (Sousa; Moita; Carvalho, 2011).

O currículo escolar do século XXI tem sido objeto de intensas reflexões, especialmente diante das transformações sociais, econômicas e tecnológicas. A crescente digitalização da sociedade impõe a necessidade de metodologias inovadoras, capazes de integrar a tecnologia ao ensino de maneira crítica e eficiente. Moran (2007) argumenta que a personalização do aprendizado por meio de tecnologias digitais pode melhorar o engajamento dos alunos, enquanto Kenski (2007) aponta que a implementação dessas ferramentas exige infraestrutura e formação docente contínua. Além disso, a inclusão e a diversidade tornam-se eixos fundamentais para um currículo mais equitativo. Louro (2014) e Candau (2012) destacam que a abordagem de gênero e multiculturalismo na escola contribui para a construção de um ambiente educacional mais justo e representativo. No entanto, Silva (2018) ressalta que as políticas curriculares ainda enfrentam desafios estruturais para garantir essa inclusão de forma efetiva.

Paralelamente, a educação ambiental, a saúde mental e a educação financeira emergem como componentes essenciais da formação contemporânea. Jacobi (2007) defende que a inserção da sustentabilidade no currículo amplia a consciência cidadã, enquanto Carvalho (2012) reforça que a interdisciplinaridade pode fortalecer essa perspectiva. Na mesma linha, a saúde mental tem sido um fator crítico no desempenho acadêmico, conforme evidenciado por Goleman (1995) e Bisquera (2000), que analisam como a educação emocional pode melhorar a convivência escolar. Além disso, a preparação dos alunos para a vida financeira é um desafio que, segundo Santos (2019) e Almeida (2021), exige diretrizes curriculares mais eficazes para garantir um ensino que desenvolva autonomia econômica. A relação entre currículo e mercado de trabalho

também demanda atenção, visto que Sacristán (2013) e Santomé (1998) defendem currículos mais flexíveis e interdisciplinares para preparar os estudantes para desafios futuros. Diante desses aspectos, observa-se que a reformulação curricular deve ser orientada por uma visão integrada, considerando tanto as transformações tecnológicas quanto as necessidades socioeconômicas e emocionais da sociedade atual.

Educação ambiental e currículo

A integração da educação ambiental no currículo escolar tem sido amplamente debatida, visto que a crescente crise climática exige formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a sustentabilidade. O tema envolve diferentes abordagens pedagógicas e institucionais, passando pela interdisciplinaridade, metodologias ativas e a formação docente (Braz et. al., 2015).

A interdisciplinaridade se apresenta como um dos pilares essenciais para integrar a educação ambiental ao currículo escolar, pois permite que os estudantes compreendam os problemas ambientais dentro de uma perspectiva holística. A necessidade de um trabalho conjunto entre gestores, professores e estudantes para promover uma prática interdisciplinar eficaz tem sido destacada em pesquisas sobre o tema (Alves; Lopes, 2022). Essa abordagem possibilita que as questões ambientais sejam abordadas de maneira transversal, relacionando-se com diversas áreas do conhecimento e incentivando uma aprendizagem mais integrada e significativa.

A formação de professores é outro aspecto decisivo para a efetiva implementação da educação ambiental. Segundo Barbosa (2024) a formação docente precisa incluir estratégias que ajudem os professores a compreender e ensinar questões ambientais de forma clara e contextualizada. A capacitação docente também deve estar alinhada com políticas públicas e diretrizes curriculares, garantindo que os alunos desenvolvam uma consciência crítica em relação às questões ambientais.

No que se refere às estratégias pedagógicas, as metodologias ativas surgem como uma ferramenta valiosa para engajar os estudantes na educação ambiental. O uso de atividades interativas, como projetos, estudos de caso e apren-

dizagem baseada em problemas, pode tornar o ensino ambiental mais atrativo e significativo, especialmente para uma geração altamente conectada com o mundo digital (Soares, 2024). Dessa forma, os alunos se tornam agentes ativos na busca por soluções sustentáveis e na compreensão dos impactos humanos no meio ambiente.

Além disso, é fundamental considerar como a educação ambiental está sendo desenvolvida dentro do processo de formação docente. Tolfo et al. (2020) destacam a importância de metodologias inovadoras para capacitar os professores a trabalharem a interdisciplinaridade na educação ambiental. Essa abordagem promove a interação entre diferentes disciplinas e facilita a aplicação de conceitos ambientais de forma mais contextualizada e prática.

O ensino de Biologia tem sido um dos espaços mais utilizados para abordar a educação ambiental dentro das escolas. No entanto, Silva et al. (2021) apontam que a maneira como os professores estruturam essas aulas pode influenciar significativamente a compreensão dos alunos sobre as questões ambientais. A utilização de princípios metodológicos adequados e recursos pedagógicos variados pode contribuir para tornar a educação ambiental mais acessível e comprehensível para os estudantes.

Outra perspectiva relevante é apresentada por Tavares e Feitosa (2022), que discutem a elaboração de estratégias pedagógicas específicas para a educação ambiental. Segundo as autoras, é necessário que as escolas adotem propostas metodológicas que favoreçam a discussão sobre as relações entre natureza e sociedade, possibilitando aos alunos um entendimento mais aprofundado da dinâmica ambiental.

Por fim, a educação ambiental deve ser entendida como um processo essencial para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis. Costa e Barrios (2020) argumentam que a integração da educação ambiental no currículo escolar pode ter um impacto significativo na construção de uma sociedade mais sustentável. O desenvolvimento de estratégias educativas eficazes permite que os alunos comprehendam a importância da preservação ambiental e se engajemativamente na busca por soluções para os desafios climáticos atuais.

Assim, a implementação da educação ambiental no currículo escolar deve ser pautada por abordagens interdisciplinares, formação docente qualificada e

uso de metodologias inovadoras. Ao adotar essas estratégias, a escola pode desempenhar um papel fundamental na conscientização ambiental e na promoção de uma sociedade mais justa e ecologicamente equilibrada.

Saúde mental e currículo

A inclusão de disciplinas relacionadas à saúde mental no currículo escolar tem sido um tema amplamente estudado, dada sua relevância na formação integral dos alunos. A crescente incidência de transtornos como ansiedade e depressão entre estudantes reforça a necessidade de integrar abordagens pedagógicas que promovam o bem-estar emocional. No entanto, essa inclusão enfrenta desafios estruturais, culturais e metodológicos que precisam ser analisados em conjunto com as oportunidades que essa abordagem pode oferecer.

Um dos principais desafios na implementação dessas disciplinas está relacionado à falta de preparação dos profissionais da educação para abordar questões de saúde mental em sala de aula. Muitos docentes não possuem formação específica para identificar e lidar com sinais de sofrimento psicológico entre os estudantes, o que pode comprometer a efetividade das iniciativas nessa área (Amaral et. al., 2020). Além disso, a inserção de novos conteúdos no currículo pode enfrentar resistência devido à sobrecarga de disciplinas já existentes, tornando necessária uma reestruturação curricular bem planejada (Hypolito et. al., 2009).

Apesar desses desafios, há oportunidades significativas associadas à educação emocional e à promoção da saúde mental nas escolas. O desenvolvimento de habilidades socioemocionais tem sido identificado como um fator determinante para a melhoria do desempenho acadêmico e das relações interpessoais dos alunos (Fernandes, 2020). Essas iniciativas também têm impacto positivo na redução de comportamentos agressivos, bullying e abandono escolar, promovendo um ambiente de aprendizado mais seguro e acolhedor.

A relação entre inclusão escolar e saúde mental é outro aspecto central dessa discussão. Problemas emocionais afetam diretamente o processo de aprendizagem, podendo levar a dificuldades de concentração e interação social. Portanto, garantir que a saúde mental seja uma prioridade no contexto escolar

contribui para um sistema de ensino mais inclusivo e equitativo (Louro, 2022). Estratégias como a educação emocional podem ser uma ferramenta valiosa para facilitar esse processo, pois auxiliam os alunos a compreenderem, gerirem e expressarem suas emoções de maneira saudável (Dias et. al. 2024).

O debate sobre a saúde mental na educação também precisa considerar as barreiras estruturais e institucionais que dificultam o acesso a serviços psicológicos no ambiente escolar. Muitas escolas carecem de profissionais especializados, como psicólogos e assistentes sociais, o que limita as possibilidades de intervenção adequada e acompanhamento dos alunos que necessitam de suporte (Barrecheguren, 2018). O estigma em torno dos transtornos mentais também representa um obstáculo, exigindo campanhas de conscientização que normalizem o debate sobre saúde emocional nas instituições de ensino.

Diante desse cenário, é possível afirmar que a inclusão de disciplinas relacionadas à saúde mental no currículo escolar é um caminho promissor para promover o desenvolvimento integral dos alunos. No entanto, essa abordagem precisa ser acompanhada de investimentos em capacitação docente, ampliação da rede de apoio psicossocial e reestruturação curricular para que possa ser efetiva e sustentável a longo prazo. A escola, como espaço de formação humana, deve desempenhar um papel ativo na construção de uma geração mais consciente sobre sua saúde emocional e preparada para enfrentar os desafios da vida moderna.

Tecnologia e educação

A integração de tecnologias emergentes no ambiente educacional tem sido uma das transformações mais significativas no ensino contemporâneo. A inteligência artificial (IA) e a realidade aumentada (RA) surgem como ferramentas capazes de remodelar o currículo escolar, proporcionando um aprendizado mais dinâmico e adaptado às necessidades individuais dos alunos. A discussão sobre esses avanços tecnológicos vem sendo amplamente abordada em pesquisas acadêmicas que apontam tanto os benefícios quanto os desafios de sua implementação (Alves, 2023).

A IA tem se destacado na educação pelo seu potencial de personalização do ensino. Ao utilizar algoritmos avançados, sistemas educacionais podem

identificar padrões de aprendizado e adaptar conteúdos conforme as necessidades e dificuldades de cada estudante. Essa abordagem favorece um ensino mais eficaz e inclusivo, permitindo que alunos avancem no seu próprio ritmo, aumentando o engajamento e a compreensão dos conteúdos (Silva; Cruz; Woodcock, 2024). No entanto, para que essa integração seja bem-sucedida, é essencial equilibrar a automação com a supervisão pedagógica, garantindo que a tecnologia seja utilizada de maneira ética e responsável.

Paralelamente, a RA tem revolucionado a maneira como os alunos interagem com os conteúdos escolares. Estudos indicam que sua aplicação no ensino fundamental pode ampliar significativamente o interesse e a compreensão de disciplinas como História e Ciências. Por meio da sobreposição de elementos virtuais ao mundo real, a RA permite experiências imersivas que tornam o aprendizado mais envolvente e intuitivo (Reis; Silveira, 2020). Esses recursos, quando integrados de forma planejada ao currículo, podem estimular a curiosidade dos estudantes e facilitar a assimilação de conceitos complexos.

A revisão sistemática sobre o uso da RA na educação sugere que essas inovações não apenas elevam o engajamento dos alunos, mas também favorecem um aprendizado mais significativo. O impacto da tecnologia na educação não se restringe ao aumento da interatividade, mas também possibilita novas formas de ensinar e aprender, alinhadas com as necessidades da sociedade contemporânea (Silva; Santos; Santos, 2023). Nesse sentido, a RA pode ser uma ferramenta essencial para reforçar a compreensão de conteúdos acadêmicos e desenvolver habilidades socioemocionais.

Por outro lado, a incorporação de IA e RA no ensino também enfrenta desafios que não podem ser ignorados. A adoção dessas tecnologias requer investimentos significativos em infraestrutura, capacitação docente e desenvolvimento de materiais didáticos adequados. Além disso, a implementação de IA levanta questões éticas relacionadas à privacidade dos dados e à segurança dos alunos, sendo fundamental estabelecer políticas de uso responsável para garantir um ambiente de aprendizado seguro (Silva; Santos; Santos, 2023).

A discussão sobre os desafios e oportunidades da IA e da RA na educação também passa pela necessidade de repensar as estratégias pedagógicas. Es-

sas tecnologias devem ser utilizadas como ferramentas complementares e não como substitutas da mediação docente. Professores desempenham um papel insubstituível no processo de aprendizagem, sendo essencial que recebam treinamento adequado para integrar essas inovações ao ensino de maneira eficaz (Silva; Santos; Santos, 2023).

Diante desse cenário, é possível afirmar que a IA e a RA representam uma transformação paradigmática na educação. Seu impacto no currículo escolar pode ser profundo, tornando o ensino mais dinâmico, interativo e personalizado. No entanto, para que esses benefícios sejam plenamente alcançados, é necessário um planejamento cuidadoso, que leve em consideração tanto os desafios estruturais quanto as implicações éticas do uso dessas tecnologias. O futuro da educação está intrinsecamente ligado ao avanço tecnológico, e cabe às instituições educacionais promover essa transição de forma inclusiva e inovadora (Souza; Pereira, 2024).

Gênero e diversidade

A integração das temáticas de gênero e diversidade sexual no currículo escolar tem sido um dos temas mais debatidos no campo da educação contemporânea. Estudos apontam que, embora haja avanços em algumas regiões, muitas instituições de ensino ainda negligenciam esses tópicos, o que pode impactar diretamente na formação de uma sociedade mais inclusiva e equitativa (Araújo; Camargo, 2022). A ausência desses debates no ambiente escolar pode reforçar estereótipos e marginalizar grupos historicamente excluídos, evidenciando a necessidade de uma abordagem inter e transdisciplinar para suprir essa lacuna.

A falta de abordagem de gênero e diversidade sexual no currículo escolar não só invisibiliza a existência dessas identidades, como também perpetua um ambiente de exclusão e preconceito. A pesquisa de Pacheco e Filipak (2017) destaca que a ausência dessas discussões pode levar a mecanismos de exclusão dentro das próprias instituições educacionais. Ao deixar de contemplar a diversidade, a escola contribui para a formação de indivíduos com visões limitadas sobre o papel das diferenças na sociedade, reforçando padrões heteronormativos e binários de gênero.

A inserção desses temas na educação básica e superior pode ser um fator determinante para a formação de profissionais mais preparados para lidar com a diversidade. Anderson Neves dos Santos (2019) enfatiza que a inclusão da diversidade sexual e de gênero nos cursos de formação de professores é essencial para garantir que educadores possam abordar essas questões de maneira informada e sensível. No entanto, muitas universidades ainda falham em oferecer uma formação que contemple essa necessidade, refletindo a falta de políticas públicas efetivas para a educação inclusiva.

A necessidade de discutir gênero e diversidade sexual na escola não é uma demanda recente. Guacira Lopes Louro (2014) destaca que o debate sobre a inclusão desses temas no meio acadêmico vem ocorrendo desde a década de 1970, sendo frequentemente contestado por setores mais conservadores da sociedade. Essa resistência reflete a dificuldade de se desconstruírem padrões normativos que regulam a forma como a sexualidade e o gênero são compreendidos e ensinados. Entretanto, evidências mostram que a exposição a conteúdos sobre diversidade contribui para a formação de indivíduos mais tolerantes e respeitosos.

A implementação de políticas curriculares que contemplem gênero e diversidade sexual requer mudanças estruturais que vão além da inclusão formal de conteúdo. Pedro Paulo Souza Rios e Alfrancio Ferreira Dias (2020) argumentam que é necessário repensar as práticas pedagógicas e capacitar docentes para que possam tratar dessas questões de forma apropriada e sem preconceitos. Muitas vezes, mesmo quando esses temas estão presentes nos currículos, a forma como são abordados não promove reflexão crítica, limitando seu impacto positivo na construção de uma sociedade mais igualitária.

Diante desse cenário, é possível observar que a inclusão das discussões sobre gênero e diversidade sexual no currículo escolar tem um papel fundamental na formação de uma sociedade mais inclusiva. Embora haja resistências e desafios a serem enfrentados, é inegável que uma educação que contemple essas questões contribui para a desconstrução de preconceitos e a formação de indivíduos mais conscientes e respeitosos das diferenças. Para que isso se torne uma realidade, é essencial que haja investimentos na for-

mação docente e na reestruturação dos currículos escolares, garantindo que a diversidade seja tratada não como um tema secundário, mas como um eixo central da educação contemporânea.

Educação financeira

A inclusão da educação financeira no currículo escolar tem sido amplamente debatida por especialistas da área educacional e econômica. Essa iniciativa busca preparar os jovens para a tomada de decisões financeiras mais conscientes, contribuindo para a formação de cidadãos economicamente mais responsáveis. A implementação desse conhecimento no ensino fundamental e médio é essencial para garantir que os estudantes desenvolvam habilidades que os ajudem a compreender e gerenciar seus recursos financeiros de forma eficiente (Santos; Groenwald, 2024).

No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a educação financeira como uma competência essencial, promovendo sua integração ao currículo escolar. Esse processo busca não apenas capacitar os alunos para lidar com suas finanças pessoais, mas também fomentar uma compreensão mais ampla sobre a economia e suas implicações sociais. A relação entre educação financeira e matemática financeira, por exemplo, tem sido alvo de estudos que indicam sua relevância para o desenvolvimento acadêmico e a formação de comportamentos financeiros saudáveis (Giordano; Assis; Coutinho, 2018).

A utilização de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDI-Cs) tem se mostrado uma alternativa eficaz para a inserção da educação financeira nas escolas. Ferramentas digitais e jogos educativos permitem que os alunos aprendam sobre economia de maneira interativa, tornando o processo mais dinâmico e acessível. Essa abordagem tem sido estudada como uma estratégia para aumentar o engajamento dos estudantes e aprimorar sua compreensão dos conceitos financeiros básicos (Vanderley; silva, santos; Almeida, 2020).

A educação financeira, quando introduzida na educação básica, também auxilia na formação de hábitos financeiros sustentáveis desde a infância. Estudos apontam que crianças expostas a conceitos financeiros desde cedo tendem a desenvolver maior autonomia na gestão de seus recursos, bem como uma

consciência mais crítica sobre consumo e planejamento financeiro. Essa abordagem, além de preparar os jovens para a vida adulta, impacta positivamente a economia ao incentivar uma cultura de poupança e responsabilidade financeira (Faveri; Kroetz; Valentim, 2012; Almeida, 2021).

Estudos de caso realizados em escolas privadas indicam que a inserção da educação financeira pode trazer resultados positivos no desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos. Em uma pesquisa conduzida no município de Santa Maria - RS, observou-se que os estudantes que participaram de atividades relacionadas ao ensino financeiro demonstraram uma compreensão mais aprofundada sobre a gestão do dinheiro e planejamento econômico, reduzindo comportamentos impulsivos e aumentando sua segurança financeira a longo prazo (Brönstrup; Becker, 2016).

Diante dessas evidências, é possível perceber que a integração da educação financeira no currículo escolar pode desempenhar um papel fundamental na formação de indivíduos mais preparados para os desafios econômicos contemporâneos. A partir de estratégias pedagógicas adequadas e do uso de tecnologias inovadoras, as escolas podem contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais consciente e economicamente equilibrada.

Curriculum inclusivo

A relação entre desigualdades sociais e econômicas e a implementação de currículos inclusivos e pluralistas nas escolas tem sido um desafio recorrente nas políticas educacionais. O acesso à educação de qualidade é amplamente impactado por fatores socioeconômicos, que determinam tanto a estruturação dos currículos quanto sua efetiva aplicação em sala de aula. A produção científica sobre o tema revela avanços e desafios, especialmente no que tange à efetividade das propostas pedagógicas e às condições para sua concretização (Moreira, 2001).

O multiculturalismo no contexto educacional representa um dos principais desafios para a construção de currículos inclusivos. A necessidade de integrar diferentes perspectivas e valorizar a diversidade cultural nas práticas escolares exige uma mudança estrutural, que vai além da simples inserção de

conteúdos diversos. Isso implica a reformulação das estratégias pedagógicas para que se tornem mais equitativas e promovam a justiça curricular. A pesquisa de Boto (2005) enfatiza a relação entre educação e cultura, demonstrando que a implementação de currículos inclusivos depende da valorização da diversidade no ambiente escolar.

A desigualdade social também impacta diretamente as possibilidades de acesso, permanência e qualidade da educação. Alunos em situação de vulnerabilidade frequentemente encontram barreiras para usufruir plenamente das oportunidades de aprendizagem. As diferenças econômicas entre as escolas públicas e privadas, bem como as disparidades regionais, contribuem para um cenário no qual a qualidade do ensino não é homogênea. Nesse sentido, Reis (2022) explora como o direito à educação se relaciona com a desigualdade social, destacando a necessidade de políticas que garantam condições equitativas para todos os estudantes.

As políticas públicas desempenham um papel preponderante na redução das desigualdades educacionais, mas sua efetividade depende da implementação de mecanismos adequados de execução e avaliação. Muitas iniciativas voltadas para a inclusão educacional falham devido à falta de infraestrutura, investimento inadequado e resistência institucional às mudanças propostas. Santos (2020) aborda esses desafios ao discutir as desigualdades sociais e seus impactos sobre as políticas educacionais, ressaltando a importância de medidas eficazes para promover a inclusão escolar.

O papel do currículo na inclusão social é essencial para garantir o direito universal à educação. Ele deve ser pensado de maneira a respeitar as características e as realidades dos alunos, promovendo a diversidade como um valor fundamental. A pesquisa de Santos (2010) destaca que currículos inclusivos não devem apenas assegurar o acesso ao conhecimento, mas também possibilitar a expressão e representação das diferentes identidades e experiências sociais dos estudantes.

Diante desse cenário, fica evidente que a implementação de currículos inclusivos em contextos vulneráveis depende de transformações estruturais, investimentos em formação docente e uma revisão crítica das práticas pedagó-

gicas. A educação pluralista deve ser entendida como um direito fundamental e um instrumento essencial para a promoção da equidade social. Para que isso ocorra, é necessário um esforço coletivo entre gestores, professores e sociedade civil na luta por um ensino verdadeiramente inclusivo e acessível a todos.

Curriculum e mercado

O mercado de trabalho contemporâneo tem passado por profundas transformações impulsionadas pelo avanço tecnológico, globalização e novas demandas socioeconômicas. Nesse contexto, a necessidade de adaptação do currículo escolar se torna evidente, pois é essencial garantir que os alunos adquiram habilidades relevantes para enfrentar os desafios do futuro. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) busca estruturar um ensino alinhado às novas exigências, promovendo competências como pensamento crítico, resolução de problemas e alfabetização digital (Gonçalves; Deitos, 2019). No entanto, a efetiva implementação dessas mudanças depende de uma reformulação curricular contínua e da adoção de novas metodologias pedagógicas.

A inserção da tecnologia na educação tem sido um fator determinante para a modernização do currículo escolar. A alfabetização digital não apenas prepara os alunos para utilizar ferramentas tecnológicas, mas também desenvolve sua capacidade de análise e adaptação a novas realidades. Kenski (2012) enfatiza a importância de capacitar os estudantes para lidarem com a informação de forma crítica, ética e responsável, garantindo que possam atuar no mercado de trabalho de maneira autônoma e inovadora. A implementação dessas habilidades nos currículos escolares, porém, ainda enfrenta desafios estruturais, como a desigualdade no acesso à tecnologia.

A necessidade de desenvolver competências essenciais para o século XXI é um tema recorrente nas discussões sobre educação. O Young Digital Planet (2016) destaca que o pensamento crítico, a resolução criativa de problemas, a colaboração e a comunicação são habilidades fundamentais para o mercado de trabalho contemporâneo. A aprendizagem baseada em projetos e metodologias ativas, por exemplo, são estratégias que permitem que os estudantes experimentem a aplicação prática desses conceitos, tornando-os mais preparados para a realidade profissional.

Além disso, o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) tem se mostrado uma ferramenta essencial para a atualização dos currículos escolares. Siqueira e Nunes (2024) analisam como essas tecnologias podem ser empregadas para desenvolver habilidades como criatividade, colaboração e alfabetização digital. No entanto, é necessário que haja uma formação docente adequada para garantir que os professores estejam preparados para incorporar essas tecnologias de forma eficiente no ensino.

A integração curricular, que visa conectar diferentes áreas do conhecimento e torná-las mais aplicáveis ao contexto real, é uma das soluções mais discutidas para alinhar a educação às exigências do mercado. Silva e Dourado (2024) aponta que um dos principais desafios na implementação dessa abordagem é a resistência institucional e a necessidade de reestruturação dos modelos tradicionais de ensino. Superar esses obstáculos exige um esforço conjunto entre educadores, gestores e formuladores de políticas públicas para garantir que o currículo atenda às novas demandas da sociedade.

Diante desse cenário, percebe-se que a adaptação do currículo escolar às exigências do mercado de trabalho é um processo contínuo e necessário. A introdução de metodologias inovadoras, o uso estratégico da tecnologia e a ênfase no desenvolvimento de habilidades socioemocionais são passos fundamentais para preparar os alunos para um futuro cada vez mais dinâmico. No entanto, para que essas mudanças sejam eficazes, é imprescindível que haja investimento na formação de professores e na infraestrutura das escolas, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e alinhada às necessidades do século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A EVOLUÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

O currículo escolar tem passado por um processo contínuo de transformação para se adequar às exigências da sociedade contemporânea, especialmente no que diz respeito às demandas do mercado de trabalho. A necessidade de preparar os alunos para uma realidade dinâmica, globalizada e tecnologicamente avançada tem levado educadores e pesquisadores a repensar as aborda-

gens pedagógicas e os conteúdos curriculares. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe um ensino baseado no desenvolvimento de competências essenciais, como pensamento crítico, alfabetização digital e resolução de problemas, fundamentais para a atuação profissional no século XXI (Gonçalves; Deitos, 2019; Kenski, 2018; Young Digital Planet, 2016).

A tecnologia, ao ser integrada à educação, amplia as possibilidades de ensino e aprendizagem, permitindo abordagens mais interativas e personalizadas (Hanauer, 2018). A inteligência artificial, por exemplo, tem sido apontada como uma ferramenta capaz de adaptar conteúdos às necessidades individuais dos estudantes, promovendo um ensino mais inclusivo e eficaz. No entanto, sua implementação ainda enfrenta desafios, como a necessidade de equilibrar a automação com a mediação docente e garantir o acesso equitativo a essas ferramentas (Silva et al., 2021). A realidade aumentada também tem demonstrado grande potencial para tornar o aprendizado mais envolvente, especialmente em disciplinas como História e Ciências, mas sua aplicação requer investimentos em infraestrutura e formação docente (Reis; Silveira, 2019; Silva; Santos; Santos, 2023).

A interdisciplinaridade tem se mostrado uma abordagem valiosa na construção de currículos mais contextualizados e significativos. No caso da educação ambiental, essa estratégia permite que os estudantes compreendam os desafios ecológicos de maneira integrada, conectando conceitos de diferentes áreas do conhecimento. No entanto, sua efetivação exige um esforço conjunto entre gestores, professores e políticas públicas que garantam diretrizes claras para sua implementação (Braz et. al., 2015). Além disso, a capacitação docente é um fator determinante para o sucesso dessas iniciativas, pois os professores precisam estar preparados para conduzir discussões ambientais de forma crítica e engajadora (Barbosa, 2024; Soares, 2024).

Outra questão emergente no debate curricular é a necessidade de abordar a saúde mental no ambiente escolar. A crescente incidência de transtornos como ansiedade e depressão entre estudantes tem evidenciado a importância de incluir a educação emocional no currículo, promovendo o desenvolvimento socioemocional e o bem-estar dos alunos. No entanto, essa proposta enfrenta

desafios estruturais, como a ausência de profissionais especializados nas escolas e a sobrecarga de conteúdos já presentes nos programas de ensino (Amaral et. al., 2020; Hypolito et. al., 2009). A educação emocional, quando bem estruturada, pode contribuir para a redução de problemas como bullying e evasão escolar, além de melhorar o desempenho acadêmico dos alunos (Fernandes, 2020; Louro, 2022).

A inclusão de temáticas relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade no currículo escolar também tem sido alvo de debates intensos. Apesar dos avanços na legislação e nas políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, muitas instituições ainda negligenciam essas discussões, perpetuando ambientes excludentes e preconceituosos. A falta de formação adequada para os professores e a resistência de setores conservadores da sociedade são alguns dos entraves para a efetivação dessas mudanças (Araújo; Camargo, 2022). No entanto, pesquisas indicam que a inclusão desses temas contribui para a construção de uma sociedade mais tolerante e respeitosa com as diferenças, além de impactar positivamente a autoestima e o desempenho escolar de alunos pertencentes a minorias de gênero e sexualidade (Pacheco; Filipak, 2017; Santos, 2019; Louro, 2014).

A educação financeira tem sido reconhecida como uma ferramenta essencial para preparar os jovens para a vida adulta, ajudando-os a desenvolver hábitos de consumo responsáveis e a planejar suas finanças de forma consciente. No Brasil, a BNCC já inclui a educação financeira como um eixo transversal no currículo, mas sua implementação ainda é incipiente e desigual entre as escolas públicas e privadas. Estudos indicam que o uso de metodologias ativas e ferramentas digitais pode tornar esse aprendizado mais acessível e atrativo para os estudantes, incentivando-os a aplicar os conhecimentos adquiridos em situações reais (Santos; Groenwald, 2024; Silva, 2020). A inserção dessa disciplina desde a infância tem demonstrado impactos positivos na construção de uma cultura de planejamento e poupança, prevenindo problemas financeiros futuros (Brönstrup; Becker, 2016).

A inclusão social no currículo escolar é outro aspecto fundamental para garantir que a educação seja um direito acessível a todos. No entanto, a desi-

gualdade econômica e estrutural ainda impõe barreiras significativas para a efetivação de uma educação equitativa. As diferenças de acesso entre escolas públicas e privadas, bem como as desigualdades regionais, afetam diretamente a qualidade do ensino oferecido aos alunos em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, a reformulação curricular deve levar em conta não apenas a inclusão de conteúdos mais diversos, mas também a adoção de estratégias pedagógicas que garantam a participação ativa de todos os estudantes (Moreira, 2001; Boto, 2005). As políticas públicas desempenham um papel essencial na redução dessas disparidades, mas sua eficácia depende da implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação contínua (Reis, 2022; Santos, 2020).

Diante desse cenário, fica evidente que o currículo escolar deve ser constantemente revisado e adaptado para atender às demandas de uma sociedade em transformação. A integração de novas tecnologias, a inclusão de temas relacionados à diversidade e à saúde mental, a educação ambiental e a alfabetização financeira são elementos essenciais para a formação de cidadãos críticos e preparados para os desafios do futuro. No entanto, para que essas mudanças sejam efetivas, é fundamental que haja investimentos na capacitação docente, na infraestrutura escolar e no desenvolvimento de políticas educacionais que garantam equidade e qualidade no ensino. O futuro da educação não depende apenas do conteúdo ensinado, mas da forma como ele é estruturado e vivenciado dentro das escolas, tornando-se um instrumento real de transformação social, potencializando a autonomia, a empatia e o pensamento coletivo, fundamentais para superar desigualdades e construir novos projetos de sociedade (Gonçalves; Deitos, 2019; Kenski, 2012).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B.; VALENTE, J. A. **Tecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes?** São Paulo: Paulus, 2011.

ALMEIDA, Maria de Fátima Lopes de. **Educação financeira: um estudo sobre a inserção do tema nos anos iniciais do ensino fundamental.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021

ALVES, Lynn (Org.). **Inteligência artificial e educação: refletindo sobre os desafios contemporâneos**. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS Editora, 2023.

ALVES, Suiane Costa; LOPES, Gisele Simone. Educação ambiental e interdisciplinaridade: desafios e perspectivas frente às necessidades educacionais do século XXI. In: **Caleidoscópio educacional: novos olhares para as políticas, práticas e diversidades na contemporaneidade**. Rio Grande: Instituto Federal do Rio Grande do Sul, 2022. p. 228-239.

AMARAL, A. P.; PEREIRA, A.; FERREIRA, M. ProMenteSã: formação de professores para promoção da saúde mental na escola. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 33, p. e-APE202002246, 2020.

ARAÚJO, Maria de Fátima; CAMARGO, João Pedro. A inclusão das temáticas de gênero e diversidade sexual no currículo escolar: desafios e perspectivas. **Revista Educação em Foco**, v. 12, n. 3, p. 45-60, 2022.

BARBOSA, Eliane Soares Santos. A formação docente na perspectiva da educação ambiental: currículo, políticas públicas e práticas educativas. **Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 21, n. 10, p. e8671, 2024.

BARRECHEGUREN, Pablo. O doutorado é prejudicial à saúde mental. **El País Brasil**, 26 mar. 2018.

BISQUERRA, Rafael. **Educação emocional: propostas para educadores e pais**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BOTO, Carlota. A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 777-798, out. 2005.

BRAZ, José P. Carvalho; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; SATO, Michèle. Educação para a ambientalização curricular: diálogos necessários. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 10, n. 1, p. 1-19, 2015.

BRÖNSTRUP, Tatiéli Monique; BECKER, Kalinca Léia. Educação financeira nas escolas: estudo de caso de uma escola privada de ensino fundamental no município de Santa Maria (RS). **Revista CAMINE: Caminhos da Educação**, Franca, v. 8, n. 2, p. 19-43, 2016.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

CERNY, R. Z.; et al. (Orgs.). **Formação de educadores na cultura digital:** a construção coletiva de uma proposta. 1. ed. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2017.

DIAS, Débora Pereira; CRUZ, Herica Kalyne Duarte da; SILVA, Jéssica Samy; MARTINS, John Lennon; ALVES, Jorge Erison Dutra; BRASILEIRO, Rochelly Quirino Soares; SANTOS, Vânia Batista dos; FERREIRA, Yara da Paixão. Educação emocional nas escolas: preparando estudantes para os desafios do século XXI. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, v. 14, n. 2, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.18378/rebes.v14i2.10539>. Acesso em: 7 jun. 2025.

FAVERI, Dinorá Baldo de; KROETZ, Marilei; VALENTIM, Ilda. Educação financeira para crianças. **Anais do SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2012.

FERNANDES, Rita. **Práticas de ensino e aprendizagem socioemocional.** Dissertação (Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico), Escola Superior de Educação de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, 2020.

FILGUEIRA, Gabriela de Oliveira Araújo; OLIVEIRA, Marcelo Albuquerque de; VERONEZE, Gabriela de Mattos; SOUZA, Sara Raquel Gomes de. Avaliação dos impactos das tecnologias emergentes na educação: um estudo de caso na Faculdade de Tecnologia da UFAM. **Revista Foco**, v. 16, n. 9, p. 01-21, 2023.

GIORDANO, Cassio Cristiano; ASSIS, Marco Rodrigo da Silva; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva. A Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular. **Em Teia**, v. 9, n. 2, p. 1-15, 2018.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

GONÇALVES, Ana Maria; DEITOS, Roberto Antonio. Competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): fundamentos teóricos e ideológicos. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, v. 50, p. 1-18, 2019.

HANAUER, M. J. **Uma experiência de integração de tecnologias digitais de informação e comunicação no ensino médio.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas Santos; PIZZI, Laura Cristina Vieira. Reestruturação curricular e auto-intensificação do trabalho docente. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 2, p. 100-112, jul./dez. 2009.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 189-205, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Viviane. Inclusão escolar e saúde mental no processo de aprendizagem. **E-docente**, 30 ago. 2022.

MARQUES, Katiúscya Albuquerque de Moura. Currículo e diversidade: desafios e propostas de inclusão. **Revista Pesquisar – Práticas Pedagógicas**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 52-64, nov. 2019.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículo, cultura e formação de professores. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 39-52, 2001.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos:** novos desafios e como chegar lá. Capinas, São Paulo: Papirus, 2007.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000 (reimpresso em 2013).

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOUZA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena M. C. da S. C.; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes (Orgs.). **Tecnologias digitais na educação.** Campina Grande, PB: EDUEPB, 2011

YOUNG DIGITAL PLANET (Org.). **Educação no século 21: tendências, ferramentas e projetos para inspirar.** São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

SOBRE O AUTOR DA OBRA

Marcelo José Hanauer

É licenciado em Filosofia (URI) e em Geografia (UNINTER). Possui especialização e capacitação em Atendimento Educacional Especializado (AEE – com ênfase em deficiência intelectual – FAISA), além de mestrado e doutorado em Educação (UFSM). Atua como professor dos anos finais do ensino fundamental nas redes municipais de educação de Tupandi/RS e Bom Princípio/RS. Tem experiência nas áreas de Filosofia, Ensino Religioso, Geografia e Informática, com ênfase em Filosofia Contemporânea, Geografia Cultural e Informática aplicada à educação. Suas pesquisas concentram-se principalmente nos seguintes temas: integração de TDIC no ensino; pesquisa-ação; educação dialógica e problematizadora; práticas escolares e políticas públicas; TIC aplicadas à educação; estágio supervisionado de ensino; cultura digital; filosofia da ciência, filosofia da educação e filosofia na educação básica. É membro do Grupo de Pesquisa em Educação Científica e Tecnológica Orientada por Pesquisa-ação e Educação Dialógico-Problematizadora.

TECNOFEUDALISMO, FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO E CURRÍCULO



Marcelo José Hanauer



TERRIED